

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. Competências Legais	4
1.2. Siglas Utilizadas.....	8
2. DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
3. DEPARTAMENTO DO CAFÉ - DECAF	11
3.1. FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA - FUNCAFÉ.....	11
3.1.1. Demonstrativo Financeiro do Funcafé.....	11
3.1.2. Concessão de Financiamentos	13
3.1.3. Créditos do FUNCAFÉ	14
3.1.4. Retorno dos financiamentos do FUNCAFÉ.....	16
3.1.5. Distribuição dos recursos aplicados, por linhas de financiamento	17
3.1.6. Leilões de Cafés dos Estoques Governamentais em 2004.....	18
3.1.7. Levantamento da Estimativa de Safra do Café – 2004/2005	18
3.1.8. Consolidação do Quadro de Oferta e Demanda do Café no Brasil.....	20
3.1.9. Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safra do Café – Projeto Geosafra	21
3.1.10. Levantamento de Estoques Privados de Café	22
1º Levantamento – março/2004.....	22
2º Levantamento – outubro/2004.....	23
Fiscalização (Vistoria dos Estoques)	23
3.1.11. Reordenamento dos estoques de café de propriedade do FUNCAFÉ e/ou Tesouro Nacional depositados nas unidades armazenadoras de Apucarana e Maringá III – 2004.....	23
3.1.12. Conservação dos Estoques Governamentais de Café.....	24
3.1.13. Situação das Unidades Armazenadoras de Café.....	26
3.1.14. Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café	26
Gráfico 1 - Subprojetos em Andamento por Núcleo do Programa - Período 2003/2004	28
Gráfico 2 - Participação de Subprojetos por Núcleo do Programa - Orçamento 2003/2004	29
Gráfico 3 - Subprojetos em Andamento por Instituição de Pesquisa - Período 2003/2004	29
Gráfico 4 - Participação de Subprojetos por Instituição de Pesquisa - Orçamento 2003/2004	30
3.1.14.1. Principais Resultados Obtidos em 2004	30

3.1.15. FUNDAÇÃO PROCAFÉ	31
3.1.15.1. Condução de Campos Experimentais	32
3.1.15.2. Execução de projetos de desenvolvimento tecnológico	32
3.1.15.3. Difusão de Tecnologia	33
3.1.16. Articulação com a Organização Internacional do Café – OIC	34
3.1.17. Reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC	34
4. DEPARTAMENTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL - DAA	35
4.1. Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool	36
4.1.1. Acompanhamento do Processamento da Safra	36
4.2. Açúcar	38
4.3. Exportação de Açúcar – Mercados Preferenciais	42
4.4. Alcool	43
4.4.1. Financiamento à estocagem de álcool combustível	45
4.4.2. Participação em eventos	46
4.4.3. Biodiesel	49
4.4.4. Contratação de estudos	49
4.4.5. Câmara setorial da cadeia produtiva do açúcar e do álcool	49
5. COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO AGRONEGÓCIO	51
5.1. Informação comercial e inteligência de mercado	52
5.2. Renovação do <i>link</i> balança comercial na <i>web</i> do Mapa	52
5.3. Desempenho do comércio exterior do agronegócio em 2004	52
5.4. Balança Comercial do Agronegócio	53



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA

1. INTRODUÇÃO

Este é o Relatório de Gestão da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, relativo ao exercício de 2004.

Por força do Decreto nº 5.351, de 21-01-2005, com vigência a partir de 01-02-2005, a SPAE sucedeu, na estrutura do Mapa, a Secretaria de Produção e Comercialização – SPC, cujas competências legais foram estabelecidas pelo Decreto nº 4.629, de 21-03-2003.

As modificações introduzidas refletem a crescente importância que o governo federal atribui ao setor agroenergético e ao papel estratégico que a agricultura brasileira desempenha nesse setor em nível mundial. Constata-se também que as funções do Departamento do Café, na nova estrutura (Decreto nº 5.351/05), foram ampliadas, o que lhe confere a necessária competência legal para o desenvolvimento de ações mais abrangentes, demandadas pelo conjunto da cafeicultura brasileira.

Para se ter idéia da natureza e extensão de tais modificações, nos quadros das folhas seguintes apresenta-se um comparativo entre as competências legais da então Secretaria de Produção e Comercialização – SPC e a atual Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE, de seus respectivos Departamentos e Coordenações-Gerais. Ao examinar os demonstrativos, pode-se ter uma avaliação mais precisa da evolução pretendida, nos seus aspectos legais e institucionais.

Sendo este um documento das atividades no exercício de 2004, o presente relatório traduz o desempenho da Secretaria na ambiência (estrutura e fundamentos normativos) da então SPC. Por isso, no texto a seguir, serão utilizados os nomes, as terminologias e as referências organizacionais que vigoravam em 31-12-2004.

1.1. Competências Legais Comparativo SPC / SPAE

Secretaria de Produção e Comercialização – SPC (Decreto nº 4.629, de 23-03-2003)	Secretaria de Produção e Comercialização – SPAE (Decreto nº 5.351, de 23-01-2005)
I - contribuir para a formulação da política agrícola, no que se refere à produção e comercialização do café, da cana-de-açúcar, do álcool e do açúcar;	I - contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere às produções cafeeira, sucroalcooleira e agroenergética;
II - formular e implementar programas de produção para o setor cafeeiro e sucroalcooleiro;	II - formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para os setores cafeeiro, sucroalcooleiro e agroenergético;
III - desenvolver e estimular ações e programas que visam a promoção e a comercialização do café, do açúcar e do álcool, bem como da borracha, nos mercados interno e externo;	III - prover os serviços de secretaria-executiva do CDPC e do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA;
IV - formular propostas de políticas e programas para a promoção e comercialização do café, do açúcar e do álcool, incluindo o planejamento e o exercício da ação governamental nas áreas voltadas para todos os segmentos produtivos dos setores agroindustriais sucroalcooleiro e cafeeiro, bem como orientar, coordenar e avaliar a execução das medidas aprovadas;	IV - propor ações e participar de discussões sobre os temas de sua competência, em articulação com os demais órgãos do Ministério;
V - formular propostas e participar de eventos sobre negociações de acordos ou convênios internacionais concernentes aos temas agroindustriais do café e do açúcar; e	V - promover a implantação dos sistemas de gerenciamento das atividades da Secretaria e atualizar a base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;
VI - implementar, controlar e supervisionar medidas para o incremento da qualidade e competitividade dos setores agroindustriais sucroalcooleiro e cafeeiro.	VI - propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;
Parágrafo único. Compete, ainda, à Secretaria de Produção e Comercialização, na condição de Secretaria-Executiva do CDPC, prestar-lhe os apoios técnico e administrativo necessários ao seu funcionamento.	VII - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;

-	VIII - subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e
-	IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.
Departamento do Açúcar e do Alcool (art. 20)	Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia (art. 26)
I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de ações que visem subsidiar a formulação, implementação, controle e avaliação das políticas concernentes à cana-de-açúcar, ao álcool, ao açúcar e aos segmentos produtivos das atividades do setor agroindustrial canavieiro;	I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor canavieiro e à agroenergia;
II - supervisionar e controlar as atividades do setor sucroalcooleiro previstas em leis e regulamentos;	II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos da cana-de-açúcar e do açúcar, do álcool e demais matérias-primas de origem agrícola quando destinadas à fabricação de combustíveis e à geração de energia alternativa;
III - elaborar os planos anuais de safra para a cana-de-açúcar, com vistas à garantia do abastecimento interno de álcool e de açúcar e acompanhar a sua execução; e	III - acompanhar, de forma sistemática, o comportamento da produção e da comercialização da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e demais matérias primas agroenergéticas, destinadas à fabricação de combustíveis e geração de energia, e propor medidas para garantir a regularidade do abastecimento interno;
IV - desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do açúcar e do álcool, nos mercados interno e externo.	IV - desenvolver estudos e pesquisas visando subsidiar a formulação de planos e programas relativos à cana-de-açúcar, ao açúcar, ao álcool e às demais matérias-primas agroenergética;
-	V - assessorar nos assuntos vinculados ao CIMA;
-	VI - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados à cadeia

	produtiva da cana-de-açúcar, bem como aos setores alcooleiro e de agroenergia, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério; e
-	VII - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.
Departamento do Café (art. 21)	Departamento do Café (art. 27)
I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e das ações que visem subsidiar a formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas concernentes ao setor cafeeiro;	I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas ao setor cafeeiro;
II - propor, coordenar e aplicar medidas com vistas ao equilíbrio entre a oferta e a demanda para exportação e o consumo interno de café;	II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e programas concernentes aos segmentos produtivos do setor cafeeiro;
III - planejar, coordenar e executar ações para a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e à contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização; e	III - propor, coordenar e acompanhar a oferta e a demanda de cafés para exportação e consumo interno;
IV - desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do café, nos mercados interno e externo.	IV - planejar, coordenar e acompanhar ações para a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, inclusive a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização;
-	V - promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais para o café emanadas do CDPC;
-	VI - propor, coordenar e controlar a formação dos estoques públicos de café e a gestão das unidades armazenadoras de café;

-	VII - promover estudos, diagnósticos e avaliar os efeitos das políticas econômicas sobre a cadeia produtiva do café;
-	VIII - identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do FUNCAFÉ em custeio, colheita, comercialização, investimento, capacitação de recursos humanos e extensão rural, inclusive dos existentes no âmbito do SNCR;
-	IX - desenvolver atividades voltadas à promoção comercial do café nos mercados interno e externo, em articulação com as demais unidades organizacionais do Ministério;
-	X - formular proposta e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados ao setor cafeeiro, em articulação com as demais unidades do Ministério; e
-	XI - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

1.2. Siglas Utilizadas

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICS	Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel
ACC	Adiantamento de Carta de Crédito
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APPC	Associação dos Países Produtores de Café
ASSOCAFÉ	Associação dos Produtores de Café da Bahia
ASSUL	Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Sul de Minas
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
CAFEPOÇOS	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas
CAPEBE	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança
CATI	Coordenação de Assistência Técnica Integral
CCCRJ	Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro
CDPC	Conselho Deliberativo da Política do Café
CECAFÉ	Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETCAF	Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café
CETESB	Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CIMA	Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC	Conselho Nacional do Café
COCAMIG	Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais
COCARIVE	Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde
COCATREL	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas
CODEPAR	Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Alto Rio Pardo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMAM	Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho
COOPERRITA	Cooperativa Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí
COOPFUNDO	Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo
COOXUPÉ	Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé
COPACAFÉ	Cooperativa dos Agropecuaristas Agricultores e Cafeicultores de Minas Gerais
COPERCAM	Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio
CTC	Centro de Tecnologia Canavieira
CV	Coefficiente de Variação
DAA	Departamento do Açúcar e Alcool (atualmente Departamento da Cana-de-Açúcar e da Agroenergia - DCAA)
DECAF	Departamento do Café (atualmente DCAF)
DFA	Delegacia Federal de Agricultura (atualmente Superintendência Federal de Agricultura)
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESALQ	Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz
FAPESP	Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GGM/Café	Grupo Gestor de Marketing do Café
GPS	Global Positioning System
IAC	Instituto Agrônomo
IAL	Instituto Adolfo Lutz
IAPAR	Instituto Agrônomo do Estado do Paraná
IB/SP	Instituto Biológico de São Paulo
IBC	Instituto Brasileiro do Café (extinto)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Ministério da Ciência e Tecnologia

ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos
LEC	Linha Especial de Crédito
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MINASUL	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEMG	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OCEPAR	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OIC	Organização Internacional do Café
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PFC	Proposta de Fiscalização e Controle
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNP&D/Café	Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PROJETO GEOSAFRAS	Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safras no Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SADC	<i>Southern African Development Community</i>
SBI/Café	Sistema Brasileiro de Informação do Café
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIMEPAR	Instituto Tecnológico SIMEPAR
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPB/MICT	Secretaria de Produtos de Base / Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (extintos)
SPC	Secretaria de Produção e Comercialização (atualmente Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE)
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UA	Unidade Armazenadora
UEL	Universidade Federal de Londrina
UENF	Universidade Estadual Norte Fluminense
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UG	Unidade Gestora
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIUBE	Universidade de Uberaba
USP	Universidade de São Paulo

2. DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

- a) Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
- b) CNPJ: 00.396.895/0013-69
- c) Natureza Jurídica: *Administração Pública em Geral*
- d) Vinculação Ministerial: *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*
- e) Endereço: *Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 7º andar, CEP: 70.043-900, Brasília/DF, telefones (61) 322-0408 / 322-0409, fax: 322-0337*
- f) Sítio: www.agricultura.gov.br
- g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI:
 - 280106/00001 – *Secretaria de Produção e Agroenergia*
 - 130137/00001 – *Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé*
- h) Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada: *Medida Provisória nº 1.911-8, de 29-07-1999, e Decreto nº 3.527, de 28-06-2000.*
- i) Norma(s) que estabelece(m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: *Decreto nº 4.629, de 21-03-2003.*
- j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas: *não chegou a ser editado o Regimento Interno da SPC e o da SPAE encontra-se em fase de elaboração, para subsequente publicação no DOU.*

3. DEPARTAMENTO DO CAFÉ - DECAF

O Departamento do Café é composto de duas Coordenações-Gerais, cujas funções estabelecidas pelo Decreto nº 5.351, de 21-01-2005, estão descritas no quadro de que trata o subitem 1.1.

Cabe ao DECAF a execução do Fundo da Defesa da Economia Cafeeira-Funcafé. A seguir o relato das ações desenvolvidas no âmbito do Funcafé.

3.1. FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA - FUNCAFÉ

3.1.1. Demonstrativo Financeiro do Funcafé

O Funcafé, no ano de 2004, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 10.837, de 16-1-2004, teve como dotação orçamentária o montante de R\$ 1.226.256.775,00, e como dispêndio R\$ 843.362.674,62, conforme demonstrativo abaixo.

Demonstrativo da despesa - 2004

R\$ 1,00

Atividade	Orçamento	Executado Diretamente	Descentralizado	Total	Saldo
	(A)	(B)	(C)	(D=B+C)	(E=A-D)
Promoção do Café Brasileiro	5.000.000,00	4.836.393,71	0	4.836.393,71	163.606,29
Expocafé 2004 – Evento em Três Pontas/MG		41.764,00		41.764,00	
Projeto do Centro de Referência e Memória do Café-Rio - CCCRJ		122.880,00		122.880,00	
Apoio à Produção do Filme Gaijin 2		262.059,11	-	262.059,11	
Projeto Conexão Médica (Programa Café & Saúde)		152.950,00	-	152.950,00	
Feira Trieste Expresso 2004		243.769,52	-	243.769,52	
ASSOCAFÉ – 3º Concurso de Qualidade da Bahia		15.000,00	-	15.000,00	
Publicidade dos Cafés do Brasil na Revista “O Agrônomo”		6.951,00	-	6.951,00	
Inclusão do Café do Brasil no Contrato C – NY (produção CD Room e Vídeo)		119.680,00	-	119.680,00	
“Café: o Ritmo do Brasil” – (Filme/Dir. autorais/Prod. musical/Mídia em televisão)		1.703.283,90	-	1.703.283,90	
Feira de Fancy Food, São Francisco, EUA, 2005		298.669,61	-	298.669,61	
Feira PRODEXPO, Moscou, Rússia, 2005		270.323,03	-	270.323,03	
Projeto Mala Direta Café & Saúde (1ª, 2ª e 3ª edição)		277.200,00		277.200,00	
Projeto Degustações – 750 ações no Chile e EUA		843.503,56		843.503,56	
Projeto Tendências do Consumo de Café		89.250,00		89.250,00	
Pesquisa na Comunidade Médica – 1ª etapa em 2004		37.485,00		37.485,00	
Projeto Comprador – 12º Encafé		76.093,50		76.093,50	
Planejamento da 2ª Conferência Mundial do Café		15.120,00		15.120,00	
Revista AgroBrasil – “Balanço Brasileiro no Agronegócio 2004”		135.000,00		135.000,00	
Exposição do Museu do Café de Santos		110.000,00		110.000,00	
Diárias e Despesas com Locomoção		15.411,48		15.411,48	
Contribuição à Organização Internacional	1.500.000,00	1.461.276,13	-	1.461.276,13	38.723,87

do Café					
Organização Internacional do Café - OIC		1.461.276,13	-	1.461.276,13	
Financiamento para Custeio, Colheita e Estocagem	1.201.031.775,00	821.521.327,80	-	821.521.327,80	379.510.447,20
Colheita e Estocagem		500.000.000,00	-	500.000.000,00	
Custeio de lavouras cafeeiras		321.521.327,80	-	321.521.327,80	
Conservação dos Estoques Reguladores de Café	6.000.000,00	2.540.532,79	3.413.803,96	5.954.336,75	45.663,25
Reparo de Armazéns		15.325,70		15.325,70	
Vigilância e Limpeza		1.369.912,30	3.204.803,96	4.574.716,26	
Material de Consumo/Material de Expediente/Fotocópias		91.006,02		91.006,02	
Serviços de Terceiros PJ (água, luz e telefone)		665.896,44		665.896,44	
Locação de Máquinas e Equipamentos		120.384,25	-	120.384,25	
Despesas de Exercícios Anteriores		154.920,73	-	154.920,73	
Seguros em Geral		51.219,93		51.219,93	
Taxa de Limpeza Urbana		1.717,18		1.717,18	
CONAB (Reordenamento de estoques – Apucarana III e Maringá III)			209.000,00	209.000,00	
Aquisição, Manut e Conserv de Maquinas e Equipamentos		7.256,77		7.256,77	
Diárias		928,86		928,86	
Outros Serviços de Terceiros PJ		58.964,61		58.964,61	
Máquinas e Equipamentos Energéticos		3.000,00	-	3.000,00	
Remuneração às Instituições Financeiras	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
Remuneração às Instituições Financeiras		-	-	-	
Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	8.000.000,00	188.000,00	7.466.113,92	7.654.113,92	345.886,08
Repasse à Embrapa - Pesquisa		-	7.012.000,00	7.012.000,00	
Repasse à FUNPROCAFÉ		188.000,00	-	188.000,00	
Equipamento de Processamento de Dados DFA/MG – Melhorias e Ampliação da Área Física do Laboratório			4.286,52	4.286,52	
SDA/MAPA – Automatização do Sistema de Credenciamento			205.975,50	205.975,50	
Apoio a Seminário de Pesquisa – DFA/RJ			200.000,00	200.000,00	
Repasse Universidade de Lavras			2.087,90	2.087,90	
			41.764,00		
Cap. Técnicos e Produtores do Agronegócio Café	100.000,00	2.238,39		2.238,39	97.761,61
Colaboradores Eventuais		728,39		728,39	
Curso de Gestão de Convênios		1.510,00		1.510,00	
Gestão e Administração do Programa	2.625.000,00	354.375,90	1.578.612,02	1.932.987,92	692.012,08
Conab – Estimativa de safra 2004/2005		-	667.458,00	667.458,00	
Conab – Aperfeiçoamento Metodológico de Previsão de Safra Geosafra)		-	740.213,60	740.213,60	
Conab – Estoques Privados			170.940,42	170.940,42	
IAPAR – Workshop Internacional Broca do Café		33.650,00	-	33.650,00	
Deslocamentos (Diárias e Passagens)		316.085,37		316.085,37	
Reuters Serviços		4.640,53		4.640,53	
Devoluções Diversas			4.104,82		
Total	1.226.256.775,00	830.904.144,22	12.458.529,90	843.362.674,62	382.894.100,38

No exercício de 2004, foram concedidos às Delegacias Federais de Agricultura - DFA's – agora denominadas Superintendências Federais de Agricultura, os seguintes sub-repasses conforme quadro demonstrativo a seguir, para atender principalmente as despesas com vigilância, conservação e limpeza, luz, água e telefone.

Sub-repasso concedido	Valor (R\$ 1,00)
DFA/PR – UG 130170	2.069.679,42
DFA/SP – UG 130167	919.797,23
DFA/MG – UG 130160	313.843,56
DFA/RJ – UG 130165	1.056,96
DFA/ES – UG 130163	0
CGRH – UG 130141	1.575,60
CGSG – UG 130140	7.474,14
SDA – UG 130142	200.000,00
SECONT – UG 130139	0
Total	3.513.426,91

A receita do exercício de 2004 ficou em R\$ 863.128.403,33, composta pelo superávit financeiro apurado no Balanço de 2003 e por receitas próprias decorrentes de reembolsos dos financiamentos de custeio, colheita e estocagem, contrato de dação em pagamento, entre outros, conforme discriminado no quadro abaixo:

Demonstrativo da receita - 2004

Discriminação	Valor (R\$ 1,00)
Superávit financeiro de 2003	26.516.814,97
Rendimentos de aplicações financeiras	32.111.895,71
Remuneração de depósitos bancários	29.302.737,61
Aluguéis de armazéns	1.086.537,41
Vendas de café dos estoques reguladores (Leilões)	88.301.246,06
Amortização de financiamentos*	615.733.676,79
Encargos sobre financiamentos (juros de empréstimos)	69.859.421,98
Serviços de armazenagem	25.193,00
Restituição de convênios	1.302,66
Saldo de exercícios anteriores - convênios	113.576,07
Saldo de exercícios anteriores diretamente arrecadados	166,73
Recursos de terceiros na Conta Única	75.834,34
Total	863.128.403,33

(*) – Inclui principal + TMS

3.1.2. Concessão de Financiamentos

Conforme determina o art.6º, da Lei nº 10.186, de 12-2-2001, o Conselho Monetário Nacional – CMN autorizou, em 2004, a instituição de linhas de crédito de colheita, estocagem e custeio, que permitiram disponibilizar à cafeicultura nacional recursos do Funcafé no montante de R\$ 821.521.327,80, a partir de propostas apresentadas pelo DECAF/SPC e previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC, a saber:

Colheita e estocagem – Resolução CMN nº 3.184, de 29-3-2004, destinada ao financiamento no período agrícola de 2003/2004. São beneficiários os cafeicultores com financiamentos contratados diretamente ou

repassados por suas cooperativas e cooperativas de produtores rurais. A finalidade foi financiar as despesas decorrentes da colheita e da estocagem, tais como: aplicação de herbicidas, arruação, a colheita propriamente dita, transporte para o terreiro, secagem, mão-de-obra e materiais para várias etapas. A Resolução 3.184 foi complementada pela Resolução 3.193, de 4-5-2004, que alterou o montante inicialmente aprovado, passando de R\$ 400.000.000,00 para R\$ 500.000.000,00, valor integralmente repassado aos agentes financeiros. Deste montante, R\$ 30.000.000,00 foram aplicados exclusivamente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf. Segue demonstrativo da destinação dos recursos, por instituição bancária:

Agente Financeiro	Valor Aportado (R\$ 1,00)
Banco Itaú	21.000.000,00
Banco Bradesco	16.500.000,00
Banco Cooperativo do Brasil S.A – Bancoob	120.000.000,00
Banco do Estado de São Paulo S.A – Banespa	30.000.000,00
Banco Santander Brasil S.A	15.000.000,00
Banco do Brasil	250.000.000,00
Banco do Brasil – Pronaf	30.000.000,00
Coop. Cred. Rural Cafeic. Varginha – Credivar	2.500.000,00
Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes	15.000.000,00
Total	500.000.000,00

Custeio – Resolução CMN nº 3.230, de 31-8-2004, destinada ao financiamento da safra 2004/2005. Os beneficiários foram cafeicultores com financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas, para o custeio das despesas, tais como: insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos), mão-de-obra e operações com máquinas, excetuados os itens vinculados às despesas com colheita. Para a operacionalização desta linha de crédito houve adesão dos agentes financeiros relacionados no quadro a seguir, para os quais foram repassados R\$ 321.521.327,80, sendo que, deste montante, R\$ 30.000.000,00 foram destinados ao Pronaf:

Agente Financeiro	Valor Aportado (R\$ 1,00)
Banco Cooperativo do Brasil S.A – Bancoob	85.000.000,00
Banco do Estado de São Paulo S.A – Banespa	40.000.000,00
Banco do Brasil	100.000.000,00
Banco do Brasil – Pronaf	30.000.000,00
Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes	24.340.403,00
Banco Bradesco	10.000.000,00
Banco Itaú	5.180.924,80
Coop. Créd. Rural Cafeic. Varginha – Credivar	5.000.000,00
Banco Itaú – BBA	5.000.000,00
Banco Santander	10.000.000,00
Banco Unibanco	7.000.000,00
Total	321.521.327,80

3.1.3. Créditos do FUNCAFÉ

O montante acumulado dos recursos do Funcafé alocados à cafeicultura nacional correspondia a cerca de R\$ 2.300,00 milhões no final de 2004. Parte substancial deste valor (R\$ 1.091,7 milhão) refere-se ao contrato de dação em pagamento firmado entre o MAPA e o Banco do Brasil em 26-12-2001, com base

na Medida Provisória nº 2.196 e Resolução CMN nº 2.906, de 21-11-2001, atualizada pela Resolução CMN nº 3.003, de 24-7-2002, cujas dívidas foram alongadas por até doze anos e o risco operacional transferido ao Funcafé. A diferença (R\$ 1.186,2 milhão) refere-se aos empréstimos concedidos para custeio, colheita e estocagem, cuja garantia é de responsabilidade dos agentes financeiros e os reembolsos ao Funcafé têm que ser efetivados nas datas estabelecidas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional-CMN.

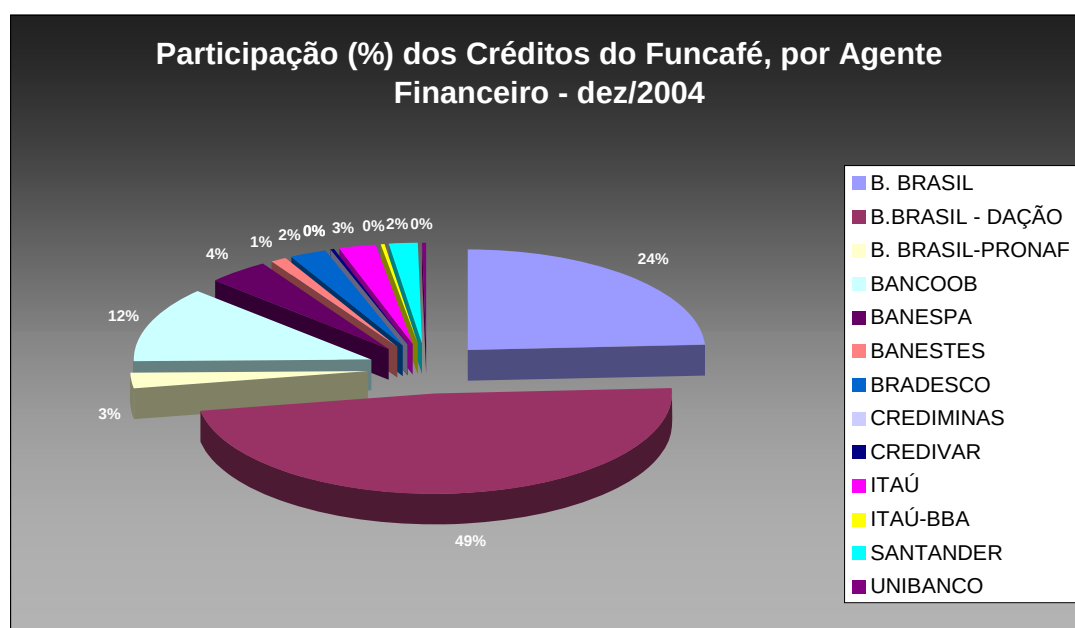
Créditos do Funcafé, por agente financeiro (*)
2001 - 2004

Em 31-12-04	R\$ milhão (**)		
Agente Financeiro	Contratado	Reembolsado	Saldo
BANCO DO BRASIL	993,4	442,5	550,9
B. BRASIL - DAÇÃO (***)	1.278,1	186,4	1.091,7
B. BRASIL-PRONAF	60,0	0,0	60,0
BANCOOB	606,5	326,0	280,5
BANESPA	187,1	95,5	91,6
BANESTES	54,3	27,0	27,3
BRADESCO	116,0	63,0	53,0
CREDIMINAS	5,0	4,9	0,1
CREDIVAR	13,5	3,9	9,6
ITAÚ	123,7	64,3	59,4
ITAÚ-BBA	5,0	0,0	5,0
SANTANDER	55,8	15,4	40,4
UNIBANCO	17,0	8,6	8,4
TOTAL	3.515,4	1.237,5	2.277,9

(*) Abrange as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 2.869/01, 2.947/02, 3.003/02, 3.014/02, 3.048/02, 3.026/02, 3.100/03, 3.101/03, 3.184/04 e 3.230/04.

(**) Valores referentes ao principal.

(***) Corresponde ao Contrato de Dação em Pagamento firmado entre o Banco do Brasil e o MAPA, com base na Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001.



3.1.4. Retorno dos financiamentos do FUNCAFÉ

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de aplicação e administração de recursos financeiros firmados entre o MAPA e os agentes financeiros integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, retornou ao Funcafé, no ano de 2004, o valor referente ao principal emprestado de R\$ 595.891 mil, discriminado a seguir, segundo as linhas de crédito aprovadas pelo CMN:

Retornos Mensais dos Recursos Concedidos pelo Funcafé
Por linhas de financiamento

Em 31-12-2004.

R\$ mil (*)

Mês	RESOLUÇÕES CMN										Total
	3.003/02 (MP 2.196/01) Dação em Pagamento	2.869/01 Custeio 01/02	2.947/02 Colheita 01/02	3.014/02 Estocagem Exportadores 01/02	3.048/02 Estocagem 00/01 e 01/02	3.026/02 Custeio 02/03	3.100/03 Colheita e Estocagem 02/03	3.101/03 Custeio 03/04	3.184/04 Colheita e Estocagem 03/04		
									Pronaf	Demais	
Jan	1.057	31	-	-	6.022	4.117	34.629	8.745	-	-	54.601
Fev	695	60	-	-	8.383	3.059	14.697	377	-	-	27.271
Mar	11.850	209	-	2.862	49.258	1.119	10.627	313	-	-	76.238
Abr	7.599	473	-	11.995	170.209	4.906	49.003	1.175	-	-	245.360
Mai	996	52	-	-	9.824	469	6.771	730	-	-	18.842
Jun	1.003	139	-	-	6.856	3	11.127	89	-	-	19.217
Jul	603	65	-	-	23.604	2.363	10.740	2.230	-	283	39.888
Ago	443	3	-	-	1.404	-	1.060	98	-	602	3.610
Set	1.351	-	652	-	1.388	-	-	675	-	664	4.730
Out	622	1.993	-	-	2.097	-	277	5.306	-	575	10.870
Nov	994	-	-	-	63	2.156	1.211	7.124	8	14.732	26.288
Dez	-	-	-	-	410	1.597	1.194	9.656	-	56.209	69.066
Total	27.213	3.025	652	14.857	279.518	19.789	141.336	36.518	8	73.065	595.981

(*) Valores referentes ao principal.

Retornos dos Recursos Concedidos pelo Funcafé
Por agente financeiro e linhas de financiamento

Em 31-12-2004

R\$ mil (*)

Agente	RESOLUÇÕES CMN									Total
	3.003/02 (MP 2.196/01) Dação em Pagamento	2.869/01 Custeio 01/02	2.947/02 Colheita 01/02	3.014/02 Estocagem Exportadores 01/02	3.048/02 Estocagem 00/01 e 01/02	3.026/02 Custeio 02/03	3.100/03 Colheita e Estocagem 02/03	3.101/03 Custeio 03/04	3.184/04 Colheita e Estocagem 03/04	
Bancoob	-	-	-	-	36.841	12.572	27.114	13.415	24.330	114.272
Banespa	-	1.993	652	-	14.563	-	5.256	11.811	813	35.088
Credivar	-	395	-	-	-	-	-	396	25	816
Crediminas	-	637	-	-	-	-	-	-	-	637
Santander	-	-	-	-	7.561	-	3.582	-	202	11.345
B. Brasil	-	-	-	14.858	160.163	7.217	80.092	8.896	34.302	305.528
Itaú	-	-	-	-	38.478	-	7.796	-	-	46.274
Bradesco	-	-	-	-	15.591	-	4.811	-	929	21.331
Unibanco	-	-	-	-	6.320	-	-	2.000	-	8.320
Banestes	-	-	-	-	-	-	12.685	-	12.464	25.149
B.Brasil-Dação	27.213	-	-	-	-	-	-	-	-	27.213
B.Brasil-Pronaf	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Total	27.213	3.025	652	14.858	279.517	19.789	141.336	36.518	73.073	595.981

(*) Valores referentes ao principal.

3.1.5. Distribuição dos recursos aplicados, por linhas de financiamento

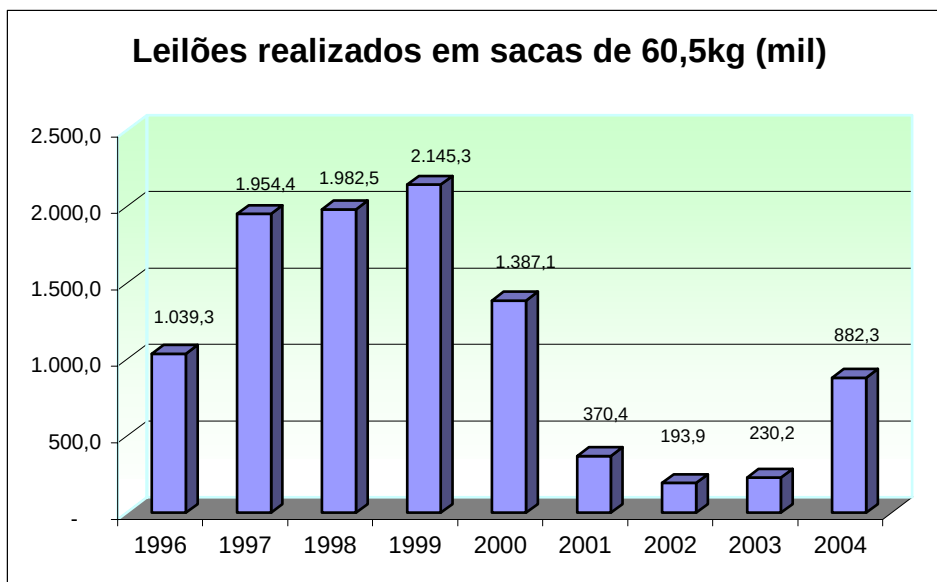
Todos os agentes financeiros integrantes do SNCR foram habilitados a operar com recursos do Funcafé em dezembro de 2001. A partir desse marco, concedeu-se quatro linhas de crédito para o financiamento do custeio de café e três, respectivamente, para colheita e estocagem, sendo que, para os períodos agrícolas 2002/2003 e 2003/2004, os financiamentos concedidos para colheita automaticamente poderiam ser transformados em estocagem, por manifestação do mutuário, exigindo-se somente a mudança da garantia.

No período 2001/2004, o Funcafé concedeu recursos a onze agentes financeiros que aplicaram efetivamente R\$ 1,8 bilhão em custeio (27%), colheita (37%) e estocagem de café (38%).

Por último, cabe ressaltar que o café passou a incorporar, a partir de 2004, a Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM (Decreto nº 5.071, de 07-05-2004), o que lhe garante acesso ao mecanismo de Empréstimo do Governo Federal-EGF. Registre-se também a decisão do Conselho Monetário Nacional (Voto nº 027/2004 e Resolução CMN nº 3.184/04) em estender ao produto os benefícios da Linha Especial de Crédito-LEC. Trata-se de antiga reivindicação da cafeicultura para melhorar o perfil da oferta do café, facilitando sua distribuição no tempo e reduzindo a sazonalidade ao longo do anos afra.

3.1.6. Leilões de Cafés dos Estoques Governamentais em 2004

O Banco do Brasil, devidamente autorizado pela SPC, realizou em 2004 dezoito leilões de venda dos estoques governamentais de cafés, sendo ofertado 912.000 sacas, das quais 89% pertencentes ao Funcafé e 11% ao Tesouro Nacional. Desse total, foram arrematadas 882.267 sacas, que corresponde a 96,8%, gerando uma receita de R\$ 134.577.625,00, com preço médio de R\$ 152,54 por saca. Dos recursos originados dos leilões, R\$ 120.283.572,90 destinaram-se ao Funcafé e R\$ 14.294.052,10 ao Tesouro Nacional.



3.1.7. Levantamento da Estimativa de Safra do Café – 2004/2005

Financiado pelo Funcafé, ao custo de R\$ 667.458,00, em 2004, o levantamento da estimativa da safra cafeeira do Brasil, realizado pela Conab, relativo aos resultados da safra 2004/2005 e primeira estimativa da safra 2005/2006, foi anunciado pelo Ministro da Agricultura em três oportunidades - abril, agosto e dezembro (incluídas as duas safras). Com base nesse levantamento, a safra 2004/2005 foi estimada em 38,667 milhões de sacas. Em paralelo a este último levantamento, a Conab também fez a primeira estimativa da safra 2005/2006, para a qual foi projetado preliminarmente um volume entre 30,738 a 33,007 milhões de sacas, o que representa uma redução de 20,5% a 14,6% em relação à safra de 2004/2005.

O decréscimo da produção se deve, principalmente, ao ciclo da bianualidade na maioria das regiões produtoras, com indicativo para diminuição do arábica em 24,6%, passando de 31,1 milhões de saca para 23,5 milhões de sacas e aumento do robusta em 26,4%, evoluindo de 7,6 para 9,6 milhões de sacas de 60 quilos, no seu intervalo superior.

A execução deste trabalho contou com a participação de instituições localizadas nos principais estados produtores: ES, SP, PR, RO e BA. Em MG, maior produtor nacional, o levantamento ficou a cargo da Conab.

CAFÉ - BENEFICIADO
SAFRA 2004/2005
PRODUÇÃO - 4ª ESTIMATIVA

dez/04

UF/ REGIÃO	PARQUE CAFEEIRO				PRODUÇÃO			PRODUTI- VIDADE (Sacas /ha)
	EM FORMAÇÃO		EM PRODUÇÃO		(Mil sacas beneficiadas)			
	ÁREA (ha)	CAFEEIROS (Mil covas)	ÁREA (ha)	CAFEEIROS (Mil covas)	Arábica	Robusta	TOTAL	
Minas Gerais	144.050	384.234	1.001.577	2.566.930	18.747	30	18.777	18,75
Sul e Centro-Oeste	61.720	135.784	507.597	1.116.710	10.046	-	10.046	19,79
Alto Paranaíba e	39.730	139.040	146.500	512.750	3.378	-	3.378	23,06
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio	42.600	109.410	347.480	937.470	5.323	30	5.353	15,41
Espírito Santo	19.455	54.235	507.786	1.084.100	2.295	4.500	6.795	13,38
São Paulo	19.000	47.100	204.700	556.800	5.265	-	5.265	25,72
Paraná	5.279	21.200	117.105	374.700	2.526	-	2.526	21,57
Bahia	2.155	4.310	96.710	249.200	1.877	402	2.279	23,57
Rondônia	9.000	18.900	188.000	324.000	-	1.760	1.760	9,36
Mato Grosso	2.500	3.250	34.517	82.500	30	280	310	8,98
Pará	1.400	3.500	18.781	39.000	-	220	220	11,71
Rio de Janeiro	460	1.300	13.894	25.200	250	10	260	18,71
Outros	420	1.100	29.800	52.920	120	355	475	15,94
BRASIL	203.719	539.129	2.212.870	5.355.350	31.110	7.557	38.667	17,47

CONVÊNIO : MAPA - S.P.C / CONAB

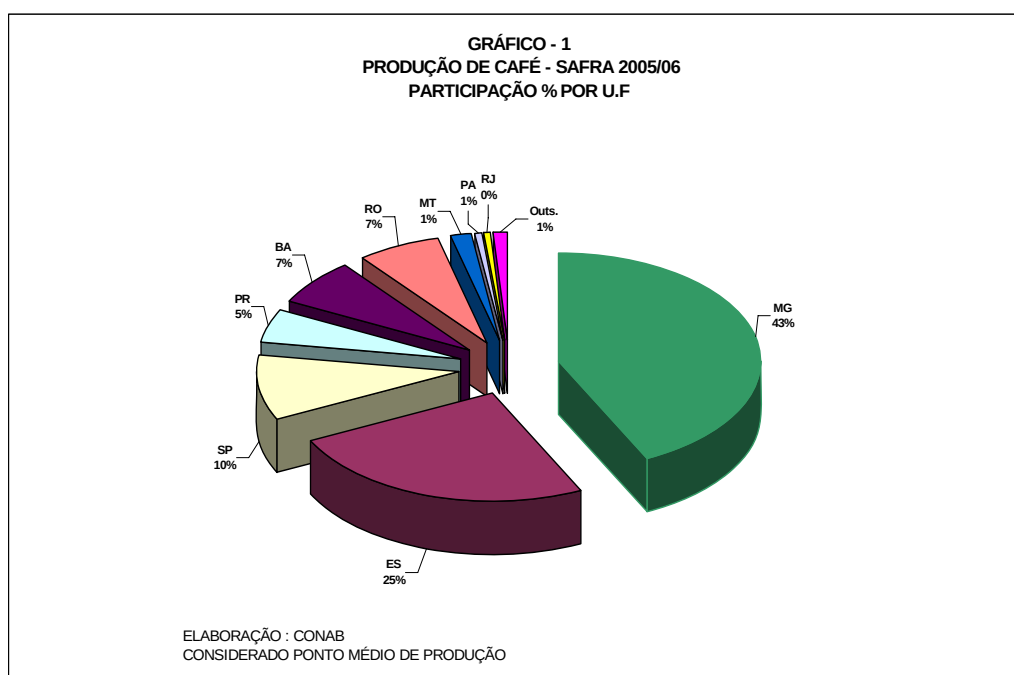
CAFÉ - BENEFICIADO
COMPARATIVO DE PRODUÇÃO

dez/04

UF/ REGIÃO	PRODUÇÃO (Mil sacas beneficiadas)									
	SAFRA 2004/2005			SAFRA 2005/2006						VAR %
	Arábica	Robusta	TOTAL(a)	Arábica	Robusta	TOTAL(b)	TOTAL(c)	b/a	c/a	
Minas Gerais	18.747	30	18.777	12.968	14.212	30	30	12.998	14.242	-30,8 -24,2
Sul e Centro-Oeste	10.046	-	10.046	6.093	6.676	-	-	6.093	6.676	-39,3 -33,5
, Alto Paranaíba e	3.378	-	3.378	2.627	2.879	-	-	2.627	2.879	-22,2 -14,8
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce,	5.323	30	5.353	4.248	4.657	30	30	4.278	4.687	-20,1 -12,4
Espírito Santo	2.295	4.500	6.795	2.020	2.080	5.850	6.050	7.870	8.130	15,8 19,6
São Paulo	5.265	-	5.265	2.950	3.300	-	-	2.950	3.300	-44,0 -37,3
Paraná	2.526	-	2.526	1.550	1.630	-	-	1.550	1.630	-38,6 -35,5
Bahia	1.877	402	2.279	1.750	1.890	350	380	2.100	2.270	-7,9 -0,4
Rondônia	-	1.760	1.760	-	-	2.090	2.180	2.090	2.180	18,8 23,9
Mato Grosso	30	280	310	40	50	410	430	450	480	45,2 54,8
Pará	-	220	220	-	-	240	250	240	250	9,1 13,6
Rio de Janeiro	250	10	260	140	150	10	15	150	165	-42,3 -36,5
Outros	120	355	475	130	140	210	220	340	360	-28,4 -24,2
BRASIL	31.110	7.557	38.667	21.548	23.452	9.190	9.555	30.738	33.007	-20,5 -14,6

CONVÊNIO : MAPA - S.P.C / CONAB

Produção de café por estados da Federação



3.1.8. Consolidação do Quadro de Oferta e Demanda do Café no Brasil

Com o objetivo de dar maior transparência à comercialização do café brasileiro, a SPC/DECAF vem fazendo esforço para consolidar o quadro de oferta e demanda, com ênfase nos seguintes aspectos:

- a) aprimoramento do levantamento da produção nacional de café, com a introdução do geoprocessamento;
- b) levantamento do *carry over* (estoques de passagem) de café público e privado, a ser implementado pela Conab, com base na nova lei de armazenagem (Lei nº 9.973, de 29-05-2000);
- c) aprimoramento dos levantamentos de consumo interno de café.

O quadro a seguir consolida as informações disponíveis e projeta para abril/05 que o estoque de passagem de café será um dos menores registrados na última década, o que deverá contribuir para uma mudança nos patamares de preços a serem praticados no próximo exercício.

Em 1.000 sacas/60Kg

ANO SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	LEILÕES GOVERNO	OFERTA TOTAL	CONSUMO	EXPORTAÇÕES REALIZADAS	DEMANDA TOTAL	ESTOQUE FINAL
2000/01	16.891	31.100	1.254	49.245	13.289	18.523	31.812	17.433
2001/02	17.433	31.300	147	48.880	13.715	24.122	37.837	11.043
2002/03	11.043	48.480	203	59.726	13.920	29.705	43.625	16.101
2003/04	16.101	28.820	291	45.212	13.860	24.863	38.723	6.489
2004/05	6.489	38.667	1.516	46.672	15.080	26.834	41.914	4.758

Fonte: CONAB, MAPA/DECAF, SECEX E ABIC

Elaboração: DECAF/SPC/MAPA

Obs: Ano Safra - abril/março

Obs: Ref. a safra 2003/04 de 28.820 mil sacas - o Governo comprou 981mil sacas de opções e vendeu 554 mil.

3.1.9. Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safra do Café – Projeto Geosafras

Ao final de 2003, por decisão do CDPC, foram definidas novas ações a serem executadas pela Conab, a partir de 2004, com vistas à implantação do Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safras no Brasil, o qual passou a ser denominado Projeto GeoSafras. Este projeto representa mais uma alternativa de mensuração da safra brasileira de café, com uso de recursos de sensoriamento remoto (imagens de satélites e *Global Positioning System* - GPS) para a identificação da área cultivada e modelos agrometeorológicos para estimativa da produtividade.

As estimativas oficiais das safras agrícolas brasileiras vêm sendo feitas pelo IBGE e Conab, que utilizam metodologias muito semelhantes e por isso chegam a resultados finais bastante próximos. Porém, ambos têm a vulnerabilidade de não atingir os números de área cultivada e produtividade média mais próximos da realidade, por se tratar de informações declaradas, mesmo sendo prestadas por produtores e técnicos de intensiva atuação no setor agrícola.

O conhecimento exato da área usada no plantio de café requer a realização do censo das lavouras, com periodicidades menores e acompanhamento da evolução dos cultivos. Todavia, isto não é viável, devido ao alto custo de um levantamento desta natureza, sobretudo pelas características da estrutura agrária e da grande dimensão do território nacional. Por outro lado, a produtividade é também um dado estimado. Os números mais exatos somente serão obtidos após a conclusão da colheita, momento no qual a informação já não é mais tão interessante para o mercado.

O Projeto GeoSafras não deverá substituir, mas complementar as pesquisas atualmente em execução. Todavia, a exemplo de outros países, o Brasil também deve desenvolver sua própria tecnologia, o que vem sendo realizado apenas em pequenos projetos localizados, sobretudo de interesse privado, tirando grandes vantagens no mercado do agronegócio pela exclusividade da informação.

Neste contexto, a sociedade necessita de informações, principalmente quando se trata das principais *commodities* agrícolas (caso do café) com qualidade, de caráter oficial e que sejam disponibilizados ao segmento cafeeiro, para planejar, com maior segurança, as atividades que envolvem todos os elos da cadeia produtiva.

As parcerias previstas com diversas instituições para a realização deste projeto objetivaram o compartilhamento de conhecimentos tecnológicos e a otimização de custos. No caso do IBGE e da Conab, o interesse é dar maior consistência aos dados atualmente coletados e consolidar informações oficiais, disponibilizando-as à sociedade. Os demais parceiros (EMBRAPA, INMET, UNICAMP, IAC, UNIOESTE, INPE, UFRGS, FEPAGRO, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, SIPAM, FURG e UFPR), sejam instituições de pesquisa ou que produzem parte dos elementos necessários à execução do projeto, participam principalmente com a intenção de testar suas tecnologias em desenvolvimento, como forma de dar mais efetividade social aos seus produtos e finalidades.

O desafio deste Projeto está na utilização de sofisticadas técnicas de mensuração ainda não testadas nas dimensões das áreas, sobretudo considerando as características geográficas das regiões-alvo e a estrutura agrária brasileira, especialmente para o produto café – representado, na maioria, por lavouras de pequeno porte.

Em 2004, foram treinados, para realização de trabalhos de campo, técnicos da INCAPER no ES, técnicos de cooperativas e EMATER em MG e técnicos da CATI em São Paulo. Estes trabalhos de campo foram realizados em MG e ES, com os resultados de área cultivada já disponíveis para subsidiar a avaliação tradicional. Em São Paulo, os trabalhos se iniciaram em novembro e, devido às condições climáticas, ainda não foram concluídos, mas vêm sendo desenvolvidos normalmente.

Os parceiros desenvolveram estudos para mensuração da produtividade, que ainda não produziram resultados concretos, em função da pouca disponibilidade de estações meteorológicas espelhadas pelo interior daqueles estados. Técnicos do projeto estão diagnosticando o perfil destas estações, de uso particular, com o objetivo de implementar estudos para verificar a viabilidade de integração das estações existentes para o compartilhamento das informações.

Conforme o Plano de Trabalho elaborado para as atividades do ano de 2004, exclusivamente para o Projeto GeoSafras, foram liberados R\$ 740.213,60 (setecentos e quarenta mil, duzentos e treze reais e sessenta centavos).

Espírito Santo

Número total de municípios (Nh), média de área plantada de café e Coeficiente de Variação (CV) por estrato, e estimativa e CV.

Estrato	1	2	3	4	5	6	7
Nh	13	18	16	18	0	5	6
Média do Estrato	225	3641	5631	10382	0	13127	18263
CV do estrato	43.6%	25.6%	14.6%	7.8%	0.0%	20.0%	10.2%
Estimativa (ha)	520,655						
CV	6.0%						

Minas Gerais

Número total de municípios (Nh), média de área plantada de café e Coeficiente de Variação (CV) por estrato, e estimativa e CV.

Estrato	1	2	3	4	5	6	7
Nh	477	16	3	4	27	1	91
Média do Estrato	-	9.347	15.573	19.102	5.212	51.598	1.878
CV do estrato	-	7.8%	27.1%	11.8%	18.7%	21.3%	24.3%
Estimativa (ha)	1.192.229						
CV	6.2%						

3.1.10. Levantamento de Estoques Privados de Café

A Conab, por determinação do MAPA/CDPC e apoio da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Conselho Nacional do Café - CNC e Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - CECAFÉ, vem realizando desde o ano de 2004, levantamentos periódicos, em nível nacional, de estoques privados de café. Para a realização desse trabalho, a Conab desenvolveu um sistema próprio de processamento de dados e disponibilizou todos os equipamentos e pessoal necessário na Matriz e suas superintendências.

1º LEVANTAMENTO – MARÇO/2004

A Conab realizou em 31-03-2004, data que antecede a entrada da nova safra, o 1º Levantamento de Estoques Privados de Café, o qual apresentou o volume de 8.506.831 sacas. Para a realização desse levantamento foram emitidos 2.532 boletins, dos quais 1.533 foram respondidos (destes 80% com informações válidas).

2º LEVANTAMENTO – OUTUBRO/2004

O segundo levantamento dos Estoques Privados de Café teve como data de referência 5-10-2004, data estimada como término da colheita da safra 2004/2005. Para realização desse levantamento, foram enviados 1.144 boletins aos armazenadores filiados às entidades acima descritas e a outros segmentos, por estados. Desses, 938 retornaram com informações válidas.

FISCALIZAÇÃO (VISTORIA DOS ESTOQUES)

Nesse segundo levantamento, por estar previsto no convênio, foi feita a vistoria dos estoques para validação das informações prestadas. Essa vistoria ocorreu, para os estados de MG, ES, PR e SP, utilizando-se os recursos financeiros do convênio. Para os demais Estados, a vistoria ocorreu em conjunto com a operação de fiscalização dos estoques da PGPM - portanto, sem ônus para o convênio.

- Custos

Do montante de R\$ 170.940,42 (cento e setenta mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos) repassados por convênio à Conab, foram gastos aproximadamente R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Não estão incluídos, nessas despesas, os gastos com postagem, ligações telefônicas e material de consumo e expediente, decorrentes da operação e realizadas na Conab/Matriz e Superintendências Regionais. Devido à confecção de Manuais de Instruções e principalmente, pelo desenvolvimento de um sistema de fácil operação, os gastos com a implantação e treinamento também foram evitados.

3.1.11. Reordenamento dos estoques de café de propriedade do FUNCAFÉ e/ou Tesouro Nacional depositados nas unidades armazenadoras de Apucarana e Maringá III – 2004

- Da aquisição da sacaria

Foram adquiridas 44.000 (quarenta e quatro mil) embalagens 3J, de acordo com as especificações estabelecidas pelo DECAF. A licitação foi realizada por meio do Sistema Eletrônico da Conab (Leilão Eletrônico). Desse quantitativo, 24.000 (vinte e quatro mil) embalagens foram destinadas ao armazém de Apucarana-PR e o restante para o armazém de Maringá-PR (20.000 sacas).

- Da contratação dos serviços de braçagem

Por meio de processo licitatório, foram contratados os serviços da Multi Brasil Indústria e Comércio Ltda., para realizar o reordenamento dos estoques depositados nas UAs Apucarana III e Maringá III.

- Unidade Armazenadora de Apucarana III

As operações de reensaques foram realizadas no período de 12-12-2004 a 5-01-2005. As 24.000 embalagens entregues nesta Unidade Armazenadora, tiveram a seguinte destinação: 17.920 embalagens utilizadas no reensaque do produto depositado na própria Unidade e 6.080 sacos foram transferidos, sem ônus para o armazém de Maringá III, visto que todo o estoque de propriedade do FUNCAFÉ e/ou Tesouro Nacional foi reordenado na UA Apucarana.

O reensaque dos 6.080 sacos transferidos de Apucarana para Maringá foi realizado pelo mesmo valor estabelecido no contrato para a prestação de serviços em Apucarana.

- Unidade Armazenadora de Maringá III

As operações de reensaques foram realizadas no período de 20-12-2004 a 21-01-2005. Dos 26.080 sacos entregues em Maringá III (20.000 sacos adquiridos e 6.080 embalagens transferidos de Apucarana), foram utilizados no reensaque 25.020 sacos, resultando um saldo de 1.060 sacos. Esse saldo é oriundo do

quantitativo adquirido (20.000 sacos) e o contratado (18.940 sacos) para a prestação dos serviços de reensaque.

3.1.12. Conservação dos Estoques Governamentais de Café

Em dezembro de 2004, existiam 4.290.443 sacas de café pertencentes aos estoques oficiais do governo, adquiridas ainda pelo extinto Instituto Brasileiro do Café – IBC, cuja manutenção é gerenciada pela SPC/DECAF e custeada pelo Funcafé. Para cobrir as despesas de conservação destes estoques e das respectivas unidades armazenadoras, foram despendidos R\$ 5.954.336,75.

O estoque de retenção assinalado nos quadros abaixo é remanescente do extinto Programa de Retenção do Café, decorrente de acordo internacional firmado pelo Brasil no âmbito da Associação dos Países Produtores de Café – APPC. As 395.373 mil sacas da retenção são de propriedade privada, armazenadas nas unidades da Conab, sendo que permanecem atreladas às garantias das na contratação de financiamentos.

- São Paulo

Estoque e capacidade ociosa de armazenagem

Em sacas

Armazém	Estoque (Posição: 31.12.04)			Capacidade	Capacidade Ociosa
	Oficial	Retenção	Total		
Bernardino de Campos	-	-	-	623.000	623.000
Carapicuíba	199.078	34.883	233.961	3.546.000	3.312.039
Catanduva	-	-	-	560.000	560.000
Garça	-	20.211	20.211	531.000	510.789
Bauru	-	19.674	19.674	1.281.000	1.261.326
Total	199.078	74.768	273.846	6.541.000	6.267.154

- Minas Gerais

Estoque e capacidade ociosa de armazenagem

Em sacas

Armazém	Estoque (Posição: 31-12-04)			Capacidade	Capacidade ociosa
	Oficial	Retenção	Total		
Aimorés	-	-	-	173.000	173.000
Campos Altos	66.025	-	66.025	173.000	106.975
Caratinga	-	-	-	172.000	172.000
Conceição do Rio Verde	-	24.483	24.483	324.000	299.517
Juiz de Fora	96.584	30.617	127.201	471.000	343.799
Manhumirim	71.181	-	71.181	174.000	102.819
Perdões	69.372	4.465	73.837	171.000	97.163
São S. do Paraíso	-	67.615	67.615	177.000	109.385
Teófilo Otoni	23.804	-	23.804	175.000	151.196
Uberlândia ^(*)	-	7.544	7.544	-	-
Varginha	53.769	36.768	90.537	470.000	379.463
Total	380.735	171.492	552.227	2.480.000	1.935.317

(*) Armazém da Conab.

- Paraná

Estoque e capacidade ociosa de armazenagem

Armazém	Estoque			Capacidade	Em sacas
	Oficial	Retenção	Total		Capacidade ociosa
Apucarana II	147.598	-	147.598	530.000	382.402
Apucarana III	67.422	-	67.422	1.258.000	1.190.558
Astorga	46.418	-	46.418	564.000	517.582
Cambé	272.831	-	272.831	635.000	362.169
Jacarezinho I	151.726	-	151.726	423.000	271.274
Jandaia do Sul I	343.242	-	343.242	494.000	150.758
Jandaia do Sul II	187.386	-	187.386	705.000	517.614
Loanda	207.317	-	207.317	544.000	336.683
Londrina I	281.062	-	281.062	811.000	529.938
Londrina II	367	-	367	1.474.000	1.473.633
Mandaguaçu	197.164	-	197.164	524.000	144.764
Maringá I	502.995	-	502.995	846.000	343.005
Maringá II	403.887	-	403.887	665.000	261.113
Maringá III	347.882	-	347.882	1.058.000	710.118
Nova Esperança	332.600	-	332.600	625.000	292.400
Paranavaí	138.927	-	138.927	463.000	324.073
Rolândia II (*)	35.821	68.752	104.573	1.048.000	943.427
Umuarama	6.155	-	6.155	501.000	494.845
Total	3.670.800	68.752	3.739.552	13.168.000	9.246.356

(*) Armazém de propriedade da CONAB

- Espírito Santo

Estoque e capacidade ociosa de armazenagem

Armazém	Estoque (Posição: 31-12-04)			Capacidade	Capacidade
	Oficial	Retenção	Total		Ociosa
Colatina	-	47.615	47.615	600.000	552.385
Camburi	39.830	14.620	54.450	500.000	445.550
Total	39.830	62.235	102.065	1.100.000	997.935

- Bahia

Estoque e capacidade ociosa de armazenagem

Armazém	Estoque (Posição: 31-12-04)			Capacidade	Capacidade
	Oficial	Retenção	Total		Ociosa
Jequié	-	18.126	18.126	327.000	308.874
Total	-	18.126	18.126	327.000	308.874

- Estoque total dos armazéns

Armazém	Oficial	Retenção	Total
São Paulo	199.078	74.768	273.846
Minas Gerais	380.735	171.492	552.227
Paraná	3.670.800	68.752	3.739.552
Espírito Santo	39.830	62.235	102.065
Bahia	-	18.126	18.126
Total	4.290.443	395.373	4.685.816

3.1.13. Situação das Unidades Armazenadoras de Café

Uma das iniciativas do DECAF, logo no início do exercício, foi submeter ao CDPC proposta de transferência da administração da rede armazenadora e dos estoques de café à Conab, com base na constatação de que essa empresa pública é a mais indicada, sob todos os aspectos, para atividades dessa natureza. Nesse sentido, foi elaborada Nota Técnica DECAF nº 02-002/2004, de 12-01-2004 (cópia anexa), expondo argumentos que respaldam a iniciativa. Examinado o assunto pelo CDPC, em sua 27ª reunião ordinária realizada em 14-01-2004, a proposta não foi levada adiante. À época, encontravam-se em andamento os trabalhos inerentes à Proposta de Fiscalização e Controle – PFC nº 009, de 2003, da Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Silas Brasileiro. Um dos objetivos dessa PFC era examinar a situação do patrimônio do extinto IBC (incluindo as Unidades Armazenadoras de Café), para conseqüente formulação de diretrizes com vistas ao seu posicionamento institucional e operativo. Ocorre que, findos tais trabalhos, as recomendações do relatório da equipe técnica encarregada do assunto dependem da aprovação de legislação específica, o que pode demandar muito tempo. Assim sendo, as discussões sobre a transferência dessas unidades à Conab devem ser atualizadas e retomadas em 2005, para que se venha dar destinação adequada à rede armazenadora, assim como à administração dos estoques oficiais de café.

3.1.14. Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café

Este Programa tem por objetivo dar sustentação tecnológica, social e econômica ao desenvolvimento do agronegócio café, tendo sido contemplado, no exercício de 2004, com recursos no valor de R\$ 7.012.000,00 (sete milhões e doze mil reais), com a edição de portaria de descentralização de crédito para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, para suporte orçamentário/financeiro à execução de 246 subprojetos de pesquisas desenvolvidos pelas entidades integrantes do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café. Coordenado pela Embrapa, este Consórcio tem por objetivo desenvolver estudos, pesquisas e incentivar atividades de capacitação de pessoal e transferência de tecnologia, por meio da integração das instituições de pesquisa entre si e destas com todos os agentes da cadeia produtiva do café. Para isso, congrega as instituições de pesquisa (atualmente 40) estrategicamente localizadas em relação ao negócio do café, conforme distribuição abaixo:

INSTITUIÇÕES DE PESQUISA
ACRE
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
AMAPÁ
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
BAHIA
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
GOIÁS
Agência Rural
Universidade Federal de Goiás (UFG)
DISTRITO FEDERAL
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Café
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Cerrados
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Recursos Genéticos e Biotecnologia
Departamento do Café, Secretaria de Produção e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SPC/DECAF)
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA/SDC)
ESPÍRITO SANTO
Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CETCAF)
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)
MINAS GERAIS
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER)
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)
Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)
Delegacia Federal de Agricultura de Minas Gerais, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA - DFA/MG)
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Universidade de Uberaba (UNIUBE)
PARÁ
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Amazônia Oriental
PARANÁ
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER)
Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)
Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
RIO DE JANEIRO
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Agrobiologia

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Agroindústria de Alimentos

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Solos

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - (Pesagro-Rio)

Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF)

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RONDÔNIA

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

SÃO PAULO

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Instrumentação Agropecuária

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)

Instituto Adolfo Lutz (IAL)

Instituto Biológico de São Paulo (IB/SP)

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Universidade de Campinas (UNICAMP)

Os gráficos a seguir mostram a composição do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D/Café e a aplicação dos recursos financeiros:

GRÁFICO 1 - SUBPROJETOS EM ANDAMENTO POR NÚCLEO DO PROGRAMA - PERÍODO 2003/2004

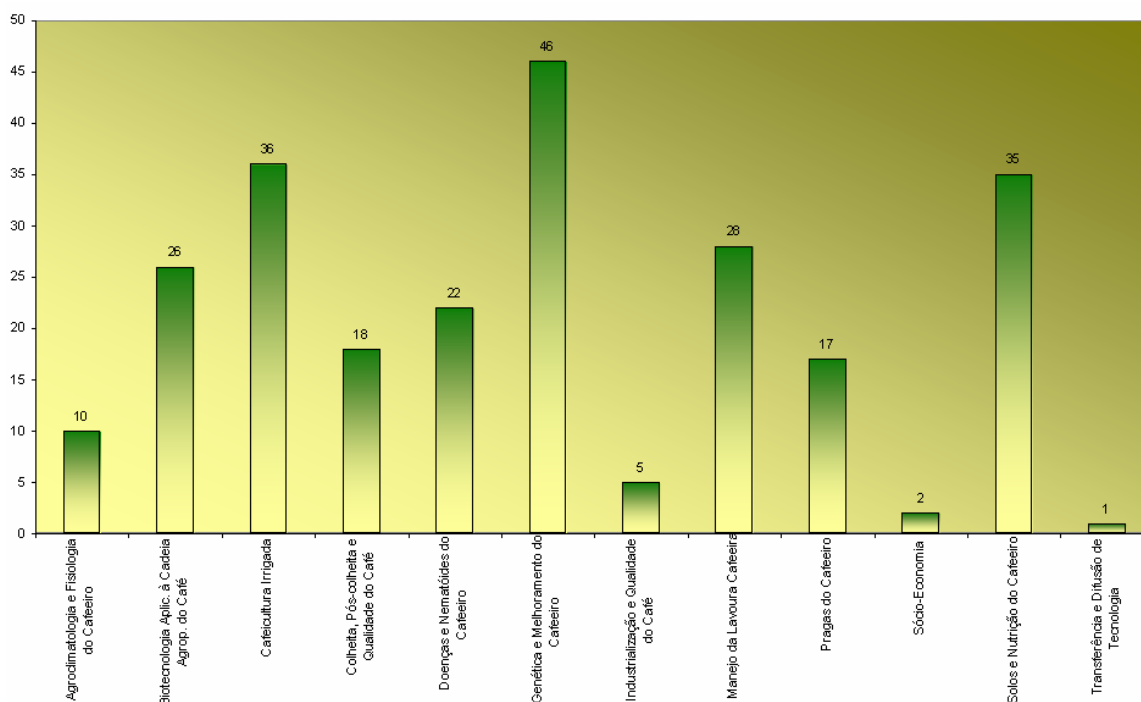


GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DE SUBPROJETOS POR NÚCLEO DO PROGRAMA - ORÇAMENTO 2003/2004

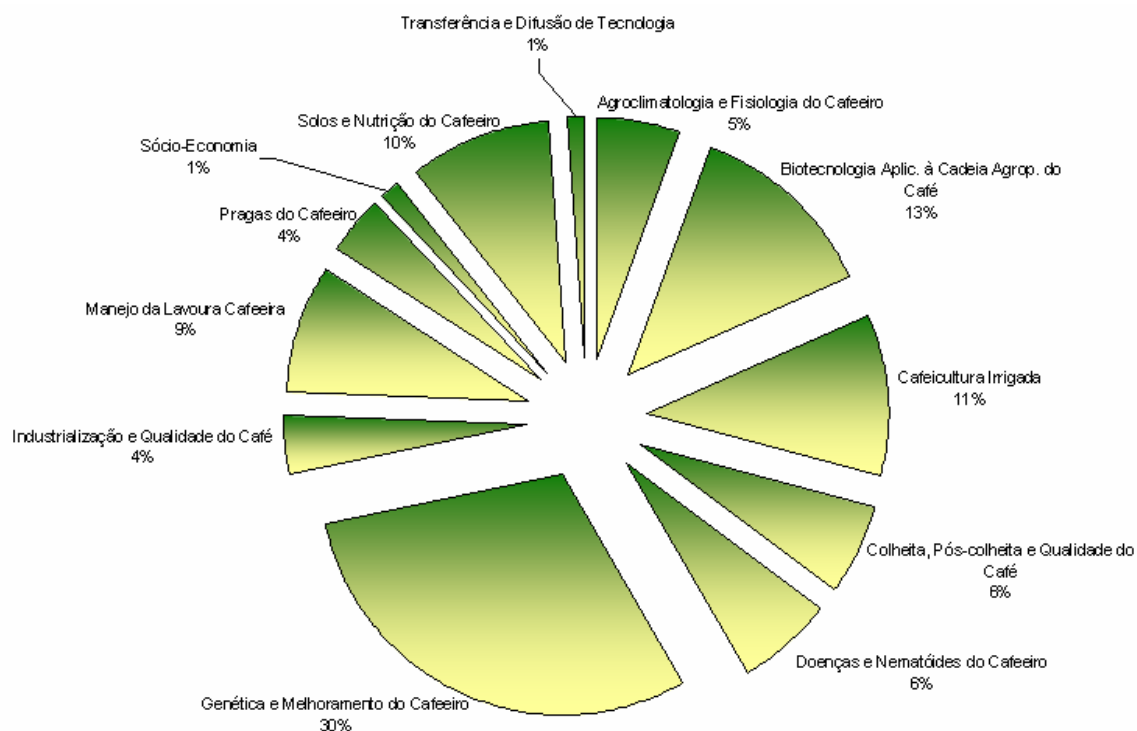


GRÁFICO 3 - SUBPROJETOS EM ANDAMENTO POR INSTITUIÇÃO DE PESQUISA - PERÍODO 2003/2004

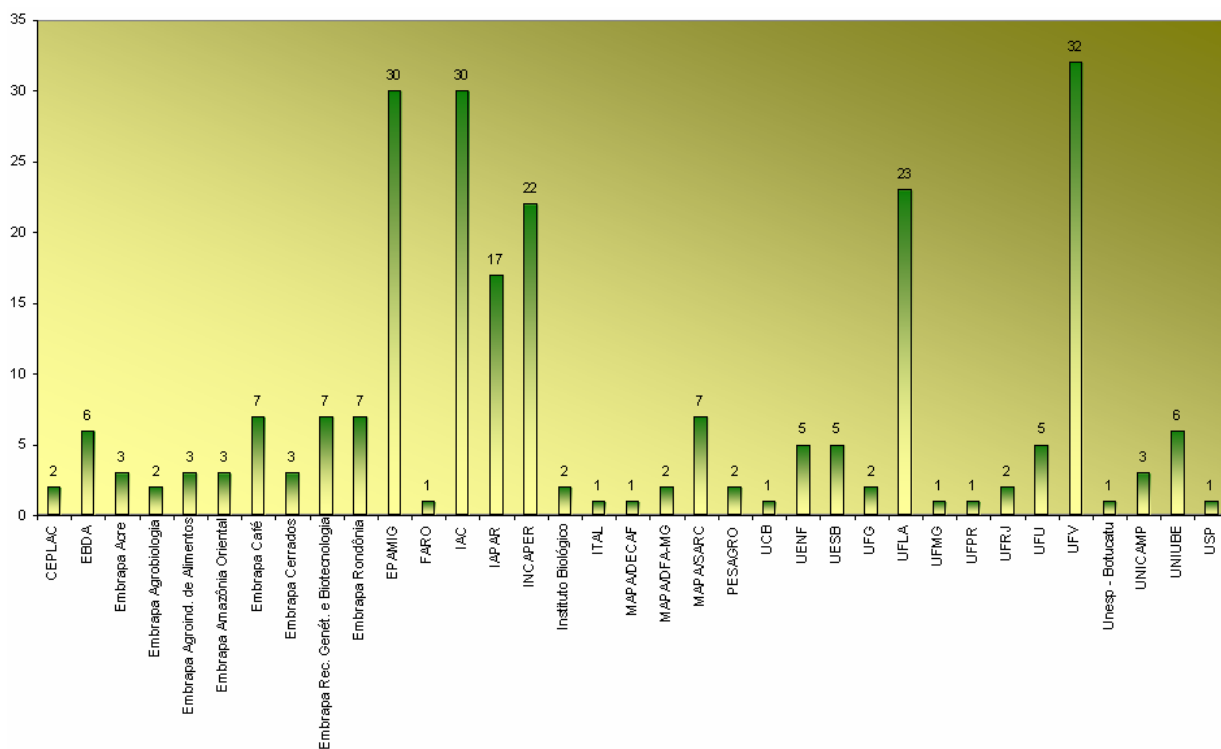
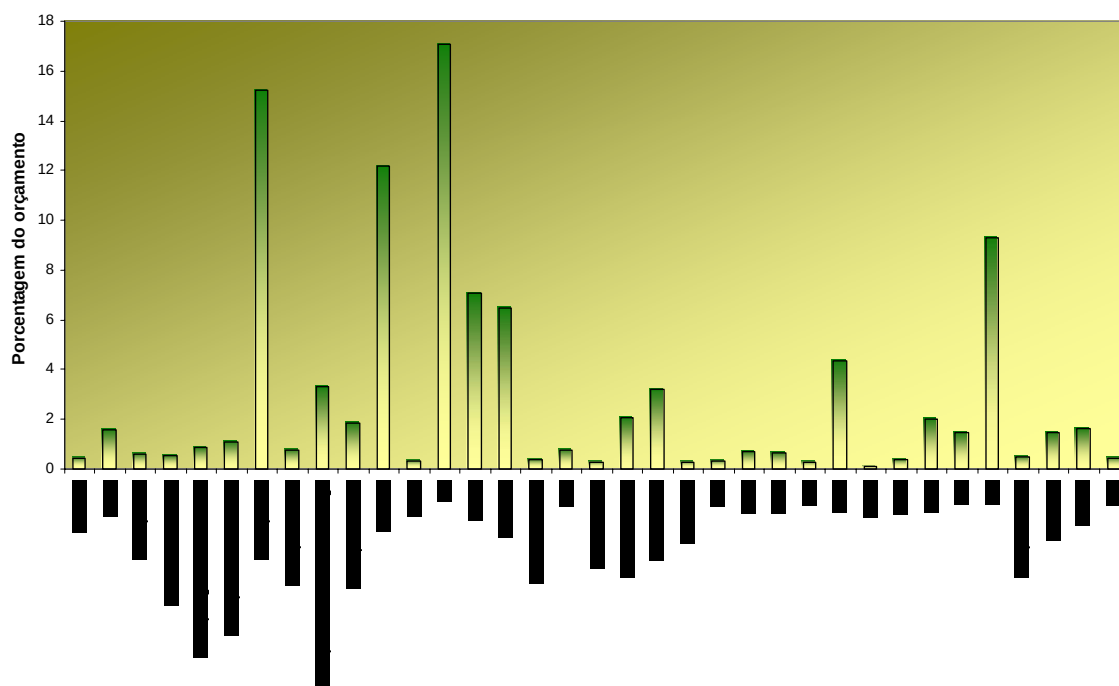


GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO DE SUBPROJETOS POR INSTITUIÇÃO DE PESQUISA - ORÇAMENTO 2003/2004



3.1.14.1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2004

Criado em 1997, o Consórcio é uma experiência exemplar de integração de instituições voltadas para a geração de tecnologia em relação à cadeia produtiva de um único produto – no caso, o café. Este Consórcio é responsável pela execução do maior programa mundial de pesquisa e desenvolvimento do café, envolvendo em 2004 mais de 30 instituições brasileiras de pesquisa e extensão, 1.300 pesquisadores e extensionistas e 160 bolsistas, na implementação de 246 subprojetos de pesquisa.

Como consequência da atuação do Consórcio, destacam-se alguns resultados obtidos em 2004:

Projeto Genoma do Café: Executado pelo Consórcio, Embrapa e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o projeto foi iniciado em março de 2002, com a construção das primeiras bibliotecas de DNA, representando vários tecidos da planta (folha, raízes, frutos, flores etc). O trabalho de seqüenciamento foi finalizado, e o resultado apresentado à comunidade pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em agosto de 2004. A fase seguinte, que está sendo iniciada, consta da utilização dos dados gerados pelo projeto nos estudos de genômica funcional para responder a questões relativas às funções dos genes e como estes interagem entre si e com o ambiente. Neste aspecto, está sendo estudado o modo de ação de genes envolvidos na expressão da resistência do cafeeiro ao bicho-mineiro, a broca, a estresses abióticos e genes envolvidos na qualidade da bebida.

Novas cultivares de *Coffea arabica*: ArapongaMG1 e Pau-Brasil MG1, resistentes à ferrugem, resultados do Programa de Melhoramento Genético do Cafeeiro da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Nova cultivar de *Coffea canephora*: Conilon Vitória (Incaper 8142), variedade clonal de café conilon, resultado do Programa de Pesquisa de Melhoramento Genético no Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Sistema Brasileiro de Informação do Café (SBICafé): O sítio do Sistema Brasileiro de Informação do Café (www.sbicafe.ufv.br) continuou o processo de ampliação do acervo de livros, artigos científicos, projetos de pesquisa e teses de mestrado e doutorado envolvendo a cultura do café. O acesso à página da Internet tem sido cada vez maior por usuários que procuram se inteirar de novos avanços em sua especialidade, conhecer os colegas de profissão e trocar idéias.

3.1.15. FUNDAÇÃO PROCAFÉ

A Fundação Procafé congrega 13 Cooperativas e 5 Sindicatos de Produtores Rurais em Minas Gerais, a saber:

- CODEPAR - Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Alto Rio Pardo;
- COOPFUNDO - Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo;
- COOMAM - Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho;
- COPACAFÉ - Cooperativa dos Agropecuaristas Agricultores e Cafeicultores de Minas Gerais;
- MINASUL - Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha;
- COCCAMIG - Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais;
- COOPERRITA - Cooperativa Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí;
- COOXUPÉ - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé;
- CAPEBE - Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança;
- CAFEPÓÇOS - Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas;
- COCATREL - Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas;
- COCARIVE - Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde;
- COPERCAM – Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio;
- Sindicato dos Produtores Rurais de Varginha;
- Sindicato Rural de Três Pontas;
- Sindicato dos Produtores Rurais de Poço Fundo;
- Sindicato de Campestre;
- OCEMG - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais;
- ASSUL – Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Sul de Minas

A Fundação está mantendo ativa a estrutura de trabalho constituída de laboratórios, campos experimentais, banco genético e todo o acervo tecnológico do ex- IBC, transferido ao MAPA e, recentemente, transferido sob a forma de comodato pela Secretaria do Patrimônio da União-SPU.

A área de atendimento prevista é a cafeicultura no estado de Minas Gerais, responsável por mais de 50% da safra cafeeira no Brasil. Os resultados do apoio técnico são traduzidos em lavouras mais produtivas e rentáveis, conseqüentemente com maior capacidade de geração de empregos e de efeito significativo na renda dos municípios e do estado.

Este relatório apresenta as metas alcançadas no ano de 2004 referente ao Convênio entre o MAPA e a Fundação Procafé, que recebeu aporte de R\$ 188.000,00.

3.1.15.1. CONDUÇÃO DE CAMPOS EXPERIMENTAIS

Foram mantidos e ampliados 8 campos experimentais em diversas regiões de Minas Gerais, abrangendo áreas como:

Regiões	Cidades
Sul de Minas	Varginha Guapé Carmo de Minas
Triângulo Mineiro	Patrocínio Varjão de Minas Coromandel
Zona da Mata	Martins Soares
Norte de Minas	Pirapora

3.1.15.2. EXECUÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Este Convênio possibilitou a execução e manutenção de 27 trabalhos de pesquisa, bem como a publicação de 42 trabalhos técnico científicos nas diversas áreas da cafeicultura, conforme quadro1:

Relação dos trabalhos de pesquisa publicados no 30º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras realizado em novembro de 2004:

Doenças
Sistemas de aplicação do fungicida flutriafol (Impact) no controle da ferrugem do cafeeiro no Sul de Minas. MATIELLO, ALMEIDA e FERREIRA.
Efeito das aplicações complementares de fungicidas via solo e foliar no controle da ferrugem do cafeeiro. MATIELLO, ALMEIDA e FERRIRA.
Compatibilidade de micronutrientes com o fungicida Sphere no controle da ferrugem do cafeeiro. MATIELLO, ALMEIDA, FERREIRA e PAIVA.
Doses de Piori Xtra no controle da ferrugem do cafeeiro. PAIVA, MATIELLO, ALMEIDA, FERREIRA e SOUZA.
Diferentes sistemas de controle à ferrugem e influência sobre o cafeeiro e sua produção, após 2 anos de aplicação. ALMEIDA.
Manejo do controle à ferrugem do cafeeiro combinando fungicidas de solo e foliares no Sul de Minas. ALMEIDA e SOUZA.
Ataque severo de leprose do cafeeiro no Sul de Minas e provável interação em variedades resistentes à ferrugem. MATIELLO e ALMEIDA.
Tratos Culturais
Interação entre variedades e espaçamentos na linha de cafeeiros, no Sul de Minas Gerais. GARCIA, MATIELLO, FROTA e JAPIASSÚ.
Programação do nível de safra e interação com adubação, controle da ferrugem e desponte. GARCIA e FIORAVANTE.
Produção nas 5 primeiras safras, em cafeeiros sob sistemas de poda, com e sem dobra na linha e na rua. MATIELLO, GARCIA, FROTA e FIORAVANTE.
Avaliação do efeito da enxertia na produção do cafeeiro em diferentes cultivares plantados em solo sem nematóides - dados preliminares - 3ª colheita. GARCIA, JAPIASSÚ e FROTA.
Efeito da irrigação por gotejamento na fase de formação do cafeeiro, em Varginha-MG. GARCIA e FIORAVANTE.
Efeito da irrigação por aspersão em cafeeiros cultivados em Varginha-MG. MATIELLO, GARCIA e FIORAVANTE.
Nutrição
Ocorrência de toxidez de zinco em cafeeiros jovens na Zona da Mata de Minas Gerais e no sul do Espírito Santo. MATIELLO e ALMEIDA.
Fornecimento de zinco na formação do cafeeiro, em solos com diferentes teores iniciais. GARCIA e FIORAVANTE.
Influência do suprimento de zinco foliar por ocasião da florada do cafeeiro. GARCIA e FIORAVANTE.
Determinação da saturação de potássio ideal para a cultura do cafeeiro (<i>Coffea arabica</i> L.) em solos com diferentes valores para a capacidade de troca catiônica. GARCIA, JAPIASSÚ e FROTA.
Influência de cálcio, boro e zinco, através de foliares em pré e pós florada – lavoura em formação. GARCIA e FIORAVANTE.
Influência de cálcio, boro e fósforo, através de foliares em pré e pós florada – lavoura adulta. GARCIA e FIORAVANTE.

Influência do zinco, fósforo e boro através de aplicações foliares em pré e pós florada-lavoura em formação. GARCIA e FIORAVANTE.
Combinação de níveis de adubação e volumes de cova e sulco no plantio do cafeeiro – 1ª colheita, dados preliminares. GARCIA, JAPIASSÚ e FROTA.
Avaliação do efeito nutricional de vários tipos de palha de café. GARCIA, MATIELLO e JAPIASSÚ
Variações de teores foliares de macro e micro nutrientes em cafeeiros, nos anos agrícolas 2002/03 e 2003/2004, Varginha -MG. MIGUEL, GARCIA, FERREIRA, JAPIASSÚ, MENDONÇA.
Melhoramento Genético
Comportamento inicial de novas variedades de café na região de Coromandel-MG. SILVA, MATIELLO, ALMEIDA e CARVALHO.
Competição de novas variedades de café com resistência à ferrugem na Zona da Mata de Minas. MATIELLO, ALMEIDA, MENDONÇA, AMARAL, LOUBACK e LEITE
Competição de novos híbridos resistentes à ferrugem do cafeeiro na Zona da Mata de Minas Gerais. MATIELLO, ALMEIDA, AMARAL, MENDONÇA, LEITE e LOUBACK.
Precocidade produtiva em novos materiais genéticos de café com resistência à ferrugem, no Sul de Minas. ALMEIDA, MATIELLO, FERREIRA e CARVALHO.
Produtividade inicial de progênies avançadas provenientes de híbridos resistentes à ferrugem do cafeeiro no Sul de Minas. MATIELLO, ALMEIDA, FERREIRA e CARVALHO.
Evolução na seleção de plantas matrizes de cafeeiros Siriema, visando clonagem. MATIELLO, ALMEIDA, SILVA, FERREIRA e CARVALHO.
Maior tolerância a Phoma/Ascochyta em cafeeiros Catucaí 2SL em Marechal Floriano-ES. KROHLING, MATIELLO e ALMEIDA.
Competição de híbridos diversos de cafeeiros com resistência à ferrugem e de linhagens de Icatu no Sul de Minas. ALMEIDA, MATIELLO, FERREIRA e CARVALHO.
Produtividade de cultivares de café em região de altitude elevada, do Sul de Minas. MATIELLO, ALMEIDA, GARCIA, FERREIRA e CARVALHO.
Catucaí Amarelo 20/15 cv 479, material de café com maior tolerância a Phoma/Ascochyta. MATIELLO, ALMEIDA, FERREIRA, CARVALHO e MENDONÇA.
Competição de progênies de café com resistência à ferrugem e linhagens comerciais na região de Vitória da Conquista- BA. BRITO, MATIELLO e ALMEIDA.
Ecologia e Fisiologia
Novos prejuízos com chuva de granizo em cafeeiros. MATIELLO, ALMEIDA, JAPIASSÚ e CARVALHO.
Efeito de produtos usados para o controle da ferrugem e do bicho-mineiro sobre o crescimento vegetativo de cafeeiros esqueletados. CARVALHO, FROTA, GARCIA, MENDONÇA e SOUZA.
Estresse hídrico causando desfolha e seca de ponteiro em cafeeiros na pré-florada. CARVALHO, MATIELLO, ALMEIDA, MENDONÇA e FERREIRA.
Efeito de diversos níveis de luz sobre o crescimento de seis cultivares de café. MIGUEL e CARVALHO.
Estudo das raízes do cafeeiro com o uso de observatórios de vidro. CARVALHO, FROTA, MENDONÇA e SOUZA.
Crescimento em cafeeiros, avaliados na Fazenda Experimental de Varginha, e correlação com produtividade/produção. GARCIA, MATIELLO, JAPIASSÚ e FERREIRA.
Avaliação do comportamento da ferrugem e cercospora do cafeeiro correlacionada a fatores climáticos com dados coletados na Estação de Avisos Fitossanitários do MAPA/FUNPROCAFÉ – Varginha – MG. 1998 a 2004. GARCIA, MIGUEL, JAPIASSÚ, FROTA e FERREIRA.
Correlação entre dados climáticos da Estação de Avisos, evolução do bicho mineiro do cafeeiro e broca do café no Sul de Minas Gerais. GARCIA, MIGUEL, JAPIASSÚ e FERREIRA.
Qualidade e Preparo do Café
Qualidade do café em sistemas de colheita com corte das plantas. MATIELLO e FIORAVANTE.

3.1.15.3. DIFUSÃO DE TECNOLOGIA

Foi realizado em novembro de 2004 na cidade de São Lourenço - MG, o 30º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras com a publicação de um livro de Anais contendo mais de 300 trabalhos e a participação de aproximadamente 500 pessoas entre produtores, técnicos, pesquisadores e estudantes. Para finalizar o congresso foi realizado um Dia de Campo na Fazenda Experimental de Varginha, com a participação de aproximadamente 150 pessoas.

Foram editados quatro volumes da *Revista Coffea*, contendo resultados de pesquisa e assuntos de interesse da cafeicultura. A edição é publicada a cada dois meses, constando de 1.500 exemplares,

distribuídos gratuitamente para os principais difusores de tecnologia cafeeira. A versão colorida da revista encontra-se disponível no sítio www.fundacaoprocafe.com.br.

3.1.16. Articulação com a Organização Internacional do Café – OIC

Por deter a condição de primeiro produtor mundial de café e segundo maior consumidor, o Brasil representa um papel importante na Organização Internacional do Café – OIC, com sede em Londres, entidade que cuida dos interesses do setor cafeeiro, envolvendo países produtores e consumidores.

Em 2004, a OIC promoveu as seguintes reuniões do seu Conselho nas quais houve a participação do Secretário de Produção e Comercialização, normalmente acompanhado de assessor:

- *Evento: 90ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café*
Local: Londres, Inglaterra
Período: 14 a 27-05-2004
- *Evento: 91ª Sessão do Conselho da Organização Internacional do Café*
Local: Londres, Inglaterra
Período: 15 a 25-09-2004

3.1.17. Reuniões do Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC

Como atividades institucionais do MAPA e SPC, conforme Decretos n°s 4.623 e 4.629, ambos de 21-03-2003, foram realizadas as seguintes reuniões do CDPC e dos Comitês Diretores criados no âmbito deste Conselho Deliberativo:

CDPC:

27ª Reunião: 14-01-2004	32ª Reunião: 10-08-2004
28ª Reunião: 05-02-2004	33ª Reunião: 02-09-2004
29ª Reunião: 01-04-2004;	34ª Reunião: 19-11-2004
30ª Reunião: 06-05-2004	35ª Reunião: 01-12-2004
31ª Reunião: 01-07-2004	-

Comitê Diretor do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – PNP&D Café:

- 10ª Reunião: 23-03-2004;
- 11ª Reunião: 02-12-2004.

Grupo Gestor de Marketing do Café – GGM/Café:

6ª Reunião: 11-02-2004	10ª Reunião: 27-07-2004
7ª Reunião: 10-03-2004	11ª Reunião: 26-08-2004
8ª Reunião: 03-06-2004	12ª Reunião: 07-10-2004
9ª Reunião: 24-06-2004	13ª Reunião: 07-12-2004

4. DEPARTAMENTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL - DAA

O Departamento do Açúcar e do Alcool – atual Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia – tem como finalidade o acompanhamento do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, bem como representar o MAPA nos grupos de trabalho responsáveis pela estruturação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Em 31-12-2004 o DAA contava com duas Coordenações-Gerais cujas atribuições estão descritas no subitem 11. deste Relatório (páginas 4 a 7).

A seguir consta demonstrativo da execução orçamentária e financeira da fonte 0100, relativamente às ações também especificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO		DENOMINAÇÃO DA AÇÃO	DESPESA REALIZADA		
			EXECUÇÃO DIRETA	EXECUÇÃO DESCENT.	EXECUÇÃO TOTAL
20.122.0750.2000.00001 P - I ADMSEDE	829609	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	21.639,33	-	21.639,33
		Diárias no País	6.058,80	-	6.058,80
		Passagens no Exterior	15.580,53	-	15.580,53
20.122.5005.2272.0001 PI - GAPSUCRO	965182	GESTAO E ADMINISTRACAO	390.538,34	215.000,00	590.811,78
DO PROGRAMA					
Diárias Nacionais		33.512,09	-	33.512,09	
Diárias Internacionais		69.544,80	-	69.544,80	
Passagens Nacionais		132.104,60	-	132.104,60	
Passagens no Exterior		24.793,11	-	24.793,11	
Diárias a Colaborador Eventual		564,80	-	564,80	
Material de Consumo		278,00	-	278,00	
Despesas com telecomunicações e outros		59.014,38	-	59.014,38	
Convênio com a USP		56.000,00	215.000,00	271.000,00	
Contrato Publicações DOU	14.726,56				
20.606.6003.005A.0038 PI - ESTIMULO1	965298	APOIO A PROJETOS DE DESENV.	539.000,00	-	539.000,00
DO SETOR AGROPEC.					
Convênio com a ABRAPA		489.000,00	-	489.000,00	
		CONVENIO COM A USP	50.000,00	-	50.000,00
20.845.0353.0079.0001 PI - SUBBORRACHA	963364	CONC. DE SUBV. ECONOMICA AOS		725.407,55	725.407,55
PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL REPASSE Á CONAB*			725.407,55	725.407,55	
		TOTAL REALIZADO	951.177,67	940.407,55	1.337.858,66

(*) – Trata-se de recurso transferido à Conab para repasse às Usinas que apresentaram situação de regularidade na fiscalização realizada por aquela empresa em 2004, relativamente às subvenções retidas referentes aos exercícios de 2000, 2001 e 2002.

4.1. Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool

Em relação ao setor sucroalcooleiro, as principais atividades desenvolvidas em 2004 estão relacionadas ao monitoramento do setor e ao desenvolvimento de instrumentos para garantir o equilíbrio do mercado. Destacam-se aqui o acompanhamento das estatísticas de produção e comercialização, as negociações no âmbito do CIMA para regulamentar a aplicação dos recursos destinados ao Programa de Financiamento à Estocagem de Álcool Combustível, as negociações para a distribuição das cotas preferenciais de açúcar para o mercado americano e a participação em eventos nacionais e internacionais.

Paralelamente às atividades desenvolvidas no âmbito do DAA, também merece destaque a atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, cuja agenda de reuniões trouxe importantes contribuições para o estreitamento das relações entre o Governo e o setor privado, em suas diferentes etapas da cadeia produtiva.

4.1.1. Acompanhamento do Processamento da Safra

A Secretaria tem como uma de suas atribuições o acompanhamento da produção sucroalcooleira (Portaria SPB/MICT nº 05, de 29-4-1996). O dispositivo legal citado determina que todas as unidades produtoras de açúcar e álcool etílico combustível devem informar quinzenalmente ao departamento sua produção, vendas e estoques.

Com base nessas informações, até a posição de 16-02-2005 produção de cana-de-açúcar na safra 2004/2005 apresentou um crescimento da ordem de 3,96% em relação à safra anterior 2003/2004, chegando a atingir 370,68 milhões de toneladas. Na Região Nordeste a safra encontra-se em andamento. Adicionalmente, na Região Centro-Sul há uma divergência entre os números oficiais e os divulgados pelo setor privado, que acusam um processamento adicional de 9,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

PRODUÇÃO DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL - BRASIL

SAFRA	ÁLCOOL ANIDRO (m ³)	ÁLCOOL HIDRATADO (m ³)	ÁLCOOL TOTAL (m ³)	AÇÚCAR (t)	CANA-DE- AÇÚCAR (t)
96/97	4.629.340	9.801.109	14.430.449	13.631.888	289.529.382
97/98	5.699.719	9.722.534	15.422.253	14.848.345	302.193.415
98/99	5.679.998	8.246.821	13.926.819	17.960.587	315.640.797
99/00	6.140.769	6.936.996	13.077.765	19.380.196	310.122.784
00/01	5.584.730	4.932.805	10.517.535	16.020.340	254.921.721
01/02	6.479.187	4.988.608	11.467.795	18.994.363	292.329.141
02/03	7.009.063	5.476.363	12.485.426	22.381.336	316.979.386
03/04	8.767.898	5.872.025	14.639.923	24.944.434	357.110.883
04/05	8.014.563	6.673.255	14.687.818	25.677.052	370.685.730

Parte do crescimento na produção de cana-de-açúcar decorre de dois principais fatores: aumento da área cultivada de cana e crescimento do rendimento dessas mesmas áreas. O IBGE aponta para um incremento de 194 mil hectares de novas áreas com cana, o que representa um acréscimo de 3,6% em relação ao ano de 2003, devendo situar-se em 5,571 milhões de hectares. Quanto à área a ser colhida, a estimativa aponta para um crescimento de 63 mil hectares, devendo atingir 5,4 milhões em 2004. Cabe

ressaltar que o Instituto faz o levantamento de toda a produção de cana no Brasil, e não apenas aquela destinada ao fabrico de açúcar e álcool pelas usinas cadastradas no MAPA.

Cana-de-Açúcar - BRASIL

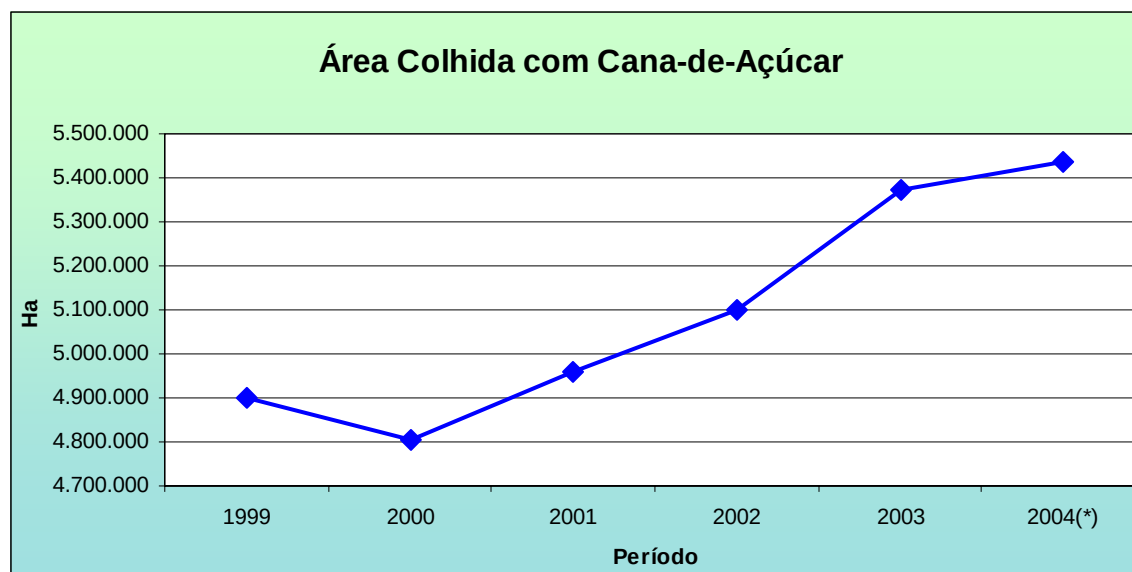
Regiões	Período						Hectares
	1999	2000	2001	2002	2003	2004(*)	
Produção (t)	333.847.720	326.121.011	344.281.802	363.721.019	389.849.400	410.982.926	
Área Plantada	4.975.189	4.879.841	5.022.490	5.206.656	5.377.216	5.571.395	
Área Colhida	4.898.844	4.804.511	4.957.897	5.100.405	5.371.020	5.434.818	
Rend. Médio(t/ha)	68,15	67,88	69,44	71,31	72,58	75,62	
Rend. Médio(Base 100)	110,85	110,41	112,95	115,99	118,06	123,00	

Fonte: IBGE (Considerasse para todo o Setor de produção)

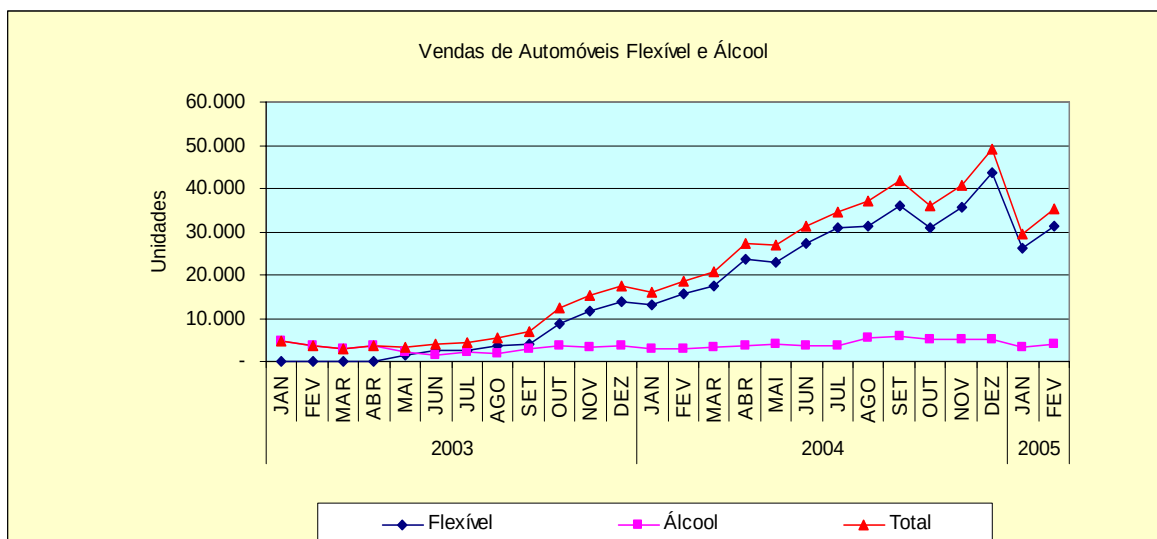
Elaboração: SPC

(*) Referente a novembro/2004

Obs. Rend. Médio (t./ha):Área Colhida



No balanço de produção de álcool etílico combustível, notou-se uma mudança no perfil de produção, proporcionando uma inversão na fabricação de álcool anidro (usado como aditivo à gasolina) para álcool hidratado. Este movimento resulta do incremento nas vendas de veículos dotados de motores que permitem o uso, em qualquer proporção, de álcool e gasolina - os chamados "carros flex".



O crescente incremento nas vendas de veículos "flex" vem deslocando a participação de carros movidos 100% a combustível fóssil (gasolina) em relação àqueles que utilizam o combustível renovável ou ambos. As vendas totais de veículos comerciais leves no ano de 2004 atingiram a marca de 2.070.194 unidades. Destas, 15% são dotadas de motores flex. Uma vez que nas estatísticas de produção total estão contidos os veículos destinados à exportação, a participação dos veículos *flex-fuel*, se forem considerados apenas os veículos produzidos e vendidos no mercado interno, terá atingido a marca de 23% - patamar significativo se considerarmos que no ano de 2003 esta participação era de 4,0%.

Vendas internas de automóveis e comerciais leves "flex fuel" (álcool e gasolina) - 2004

Empresa/modelo	Total	Média Mensal
Automóveis	278.767	23.231
Comerciais leves	49.611	3.932
Total Geral Flexível	328.378	27.365
Total Geral Álcool	50.950	4.246
Total Geral	379.328	31.611
Gasolina	1.037.986	86.499
Total Automoveis	1.417.314	118.110

Fonte: Anfavea/GPE/APE

4.2. Açúcar

Outro fator de influência no perfil da produção sucroalcooleira refere-se aos preços dos produtos finais desta indústria. Os produtores de açúcar e do álcool, quando do início da safra, programam seu perfil de produção (destinação de cana-de-açúcar para a fabricação de determinado produto) de acordo com os contratos firmados para entrega futura, bem como das expectativas de preços dos seus produtos finais. Assim, eles direcionam um maior contingente de cana não comprometida para o produto com maior atrativo financeiro.

No mercado externo a cotação do açúcar refinado ensacado atingiu, na bolsa de Londres a média de US\$ 227,31 a tonelada em 2004, o que significou uma variação a maior em relação à média de 2003 de cerca de 11%. Para o açúcar demerara a granel o impacto positivo foi menos expressivo, os preços médios

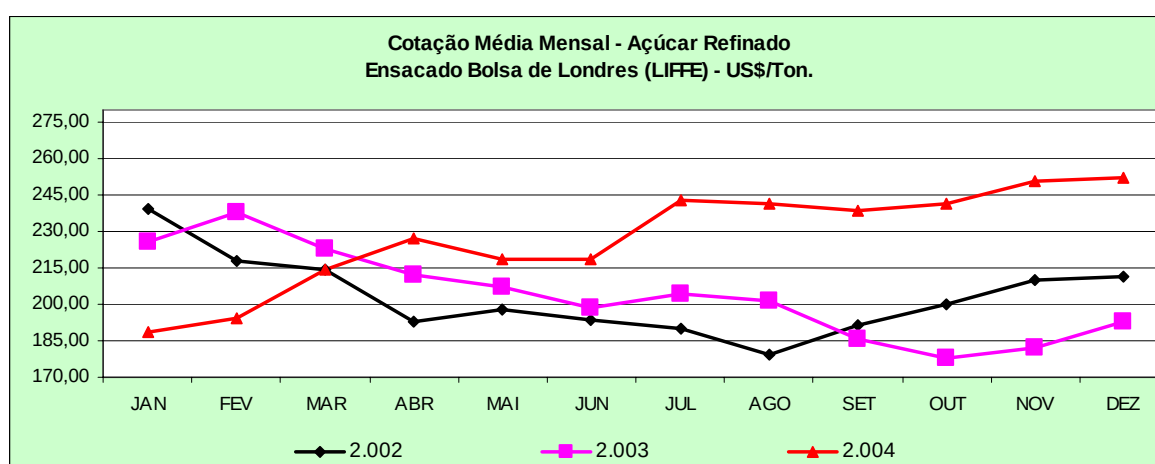
da tonelada foram cotados a US\$ 162,61, contra US\$ 153,85 em 2003, firmando uma variação positiva de 5,7%.

COTAÇÃO MÉDIA MENSAL - AÇÚCAR REFINADO ENSACADO - BOLSA DE LONDRES(LIFFE)

Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	US\$/ t Média
2.002	239,61	218,12	214,18	192,93	198,13	193,69	189,80	179,58	191,19	199,75	210,30	211,26	203,21
2.003	225,77	237,51	223,19	212,45	206,92	198,38	204,35	201,18	185,93	178,08	182,26	192,66	204,06
2.004	188,61	194,46	214,00	226,80	218,30	218,55	242,53	241,40	238,29	241,55	250,86	252,38	227,31

Fonte:CZARNIKOW SUGAR

Obs: açúcar FOB estivado , cotação 1º contrato

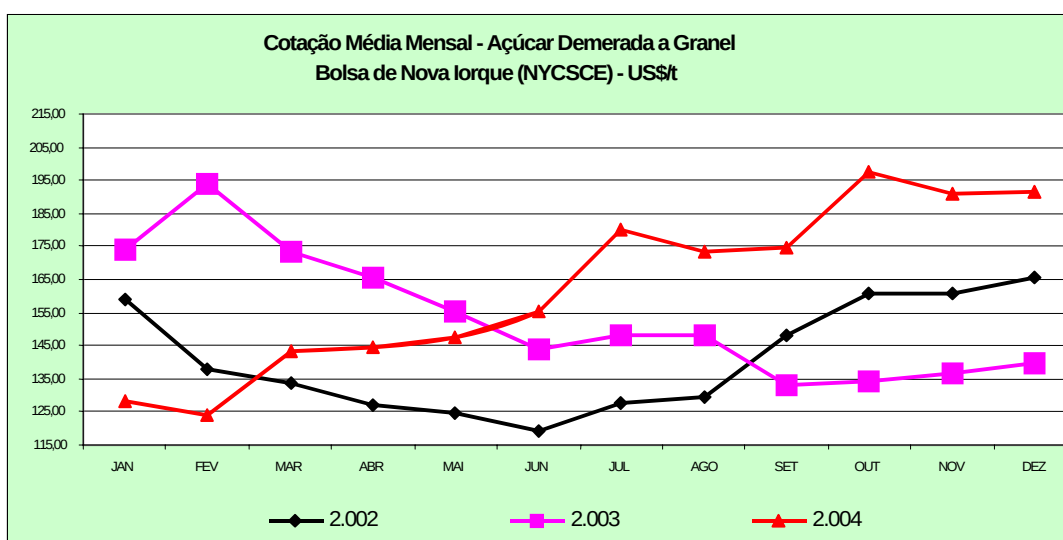


COTAÇÃO MÉDIA MENSAL - AÇÚCAR DEMERARA A GRANEL - BOLSA DE NOVA IORQUE(NYCSCE)

Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	US\$/ t Média
2.002	159,17	137,79	133,82	127,21	124,78	119,09	127,38	129,19	148,15	160,50	160,94	165,57	141,13
2.003	173,94	194,01	173,28	165,57	155,43	143,96	148,15	147,93	132,94	134,48	136,69	139,77	153,85
2.004	128,31	123,90	143,52	144,62	147,27	155,43	179,90	173,72	174,39	197,53	190,92	191,80	162,61

Fonte:CZARNIKOW SUGAR

Obs: açúcar FOB estivado , cotação 1º contrato

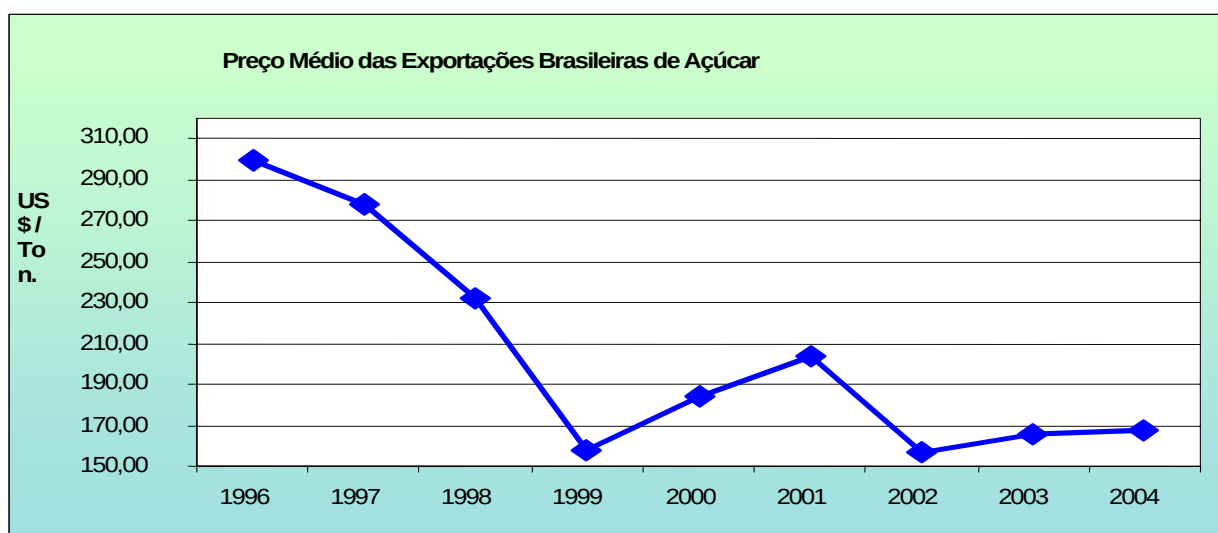


Entretanto, essa busca constante dos produtores de açúcar brasileiro tem acarretado uma redução acentuada dos preços médios do produto exportado. Quanto maior a participação brasileira no mercado externo menores são os preços médios alcançados. Especialmente em 2004, este fenômeno não ocorreu devido à redução da oferta no mercado mundial, ocasionada pela saída da Índia, que enfrentou uma queda em sua produção.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÚCAR

ANOS	US\$ mil F.O.B.	Toneladas (Mil)	Preço Médio
1996	1.611.494	5.378.893	299,60
1997	1.771.323	6.371.969	277,99
1998	1.943.478	8.371.413	232,16
1999	1.910.693	12.100.142	157,91
2000	1.199.111	6.502.375	184,41
2001	2.277.508	11.168.412	203,92
2002	2.090.416	13.344.299	156,65
2003	2.140.002	12.914.380	165,71
2004	2.640.227	15.763.925	167,49

Fonte: Secex (Sistema Alice)



PRINCIPAIS IMPORTADORES DE AÇÚCAR DO BRASIL EM 2004

Unidade: TM

PAÍSES	TOTAL
Fed. da Rússia	3.286.055
Emirados Árabes	1.436.654
Nigéria	1.229.149
Egito	1.008.326
Índia	864.867

No mercado interno, a cotação do açúcar não acompanhou os do mercado internacional. O preço médio do produto no mercado doméstico situou-se em R\$ 26,01/saca de 50 kg, representando uma queda de 14,9% em relação ao ano de 2003, invertendo uma tendência que vinha ocorrendo desde 2000.

INDICADOR DO PREÇO MÉDIO DO AÇÚCAR CRISTAL ESPECIAL - SÃO PAULO

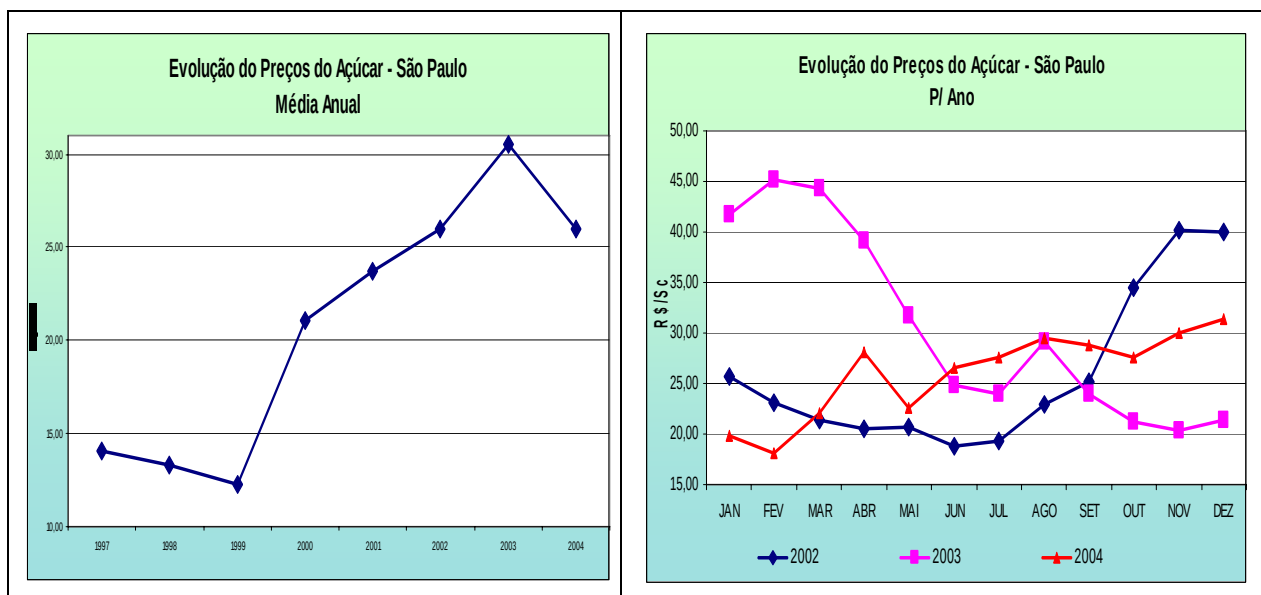
P.V.U. (R\$/sc 50kg) À VISTA COM IMPOSTO (ICMS e IPI)

Mês Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1997	0	0	0	15,73	13,80	12,31	12,70	12,99	13,84	14,95	15,36	15,17	14,09
1998	15,74	15,86	16,35	18,32	15,55	12,76	11,44	11,56	11,41	9,73	10,31	11,12	13,35
1999	11,33	12,05	11,80	9,68	8,57	8,94	9,84	10,32	14,49	16,53	15,70	18,52	12,31
2000	19,04	19,81	18,61	18,63	16,10	18,86	21,05	25,64	22,43	24,43	24,48	24,02	21,09
2001	24,96	23,23	22,31	24,76	24,07	23,49	23,64	22,85	23,54	23,92	23,80	24,54	23,76
2002	25,62	23,04	21,33	20,50	20,66	18,76	19,38	22,92	25,12	34,54	40,12	39,92	25,99
2003	41,76	45,18	44,23	39,12	31,72	24,76	23,95	29,16	23,98	21,16	20,38	21,39	30,57
2004	19,87	18,17	22,00	28,02	22,54	26,51	27,65	29,55	28,79	27,56	30,08	31,40	26,01

Fonte:

ESALQ/BM&F

Elaboração: SPAE



4.3. Exportação de Açúcar – Mercados Preferenciais

O acesso do açúcar ao mercado americano limita-se aos compromissos assumidos com o acordo de fechamento da “Rodada do Uruguai”, promovida pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, em 1994. Por esse acordo, os Estados Unidos têm um compromisso de importação anual de, no mínimo, 1,117 milhão de toneladas de açúcar. Esta cota é distribuída anualmente em função das estatísticas de exportação dos quarenta países que tinham acesso a esse mercado no período de 1975 a 1981. A cada ano-fiscal (período de outubro a setembro) é concedida ao governo brasileiro uma cota de 152.691 mil toneladas métricas, equivalentes a 1.68,31 mil toneladas cúbicas.

Em consonância com o sistema de distribuição das cotas, o governo americano transfere ao governo brasileiro o direito de vender o produto no mercado local com base nos preços correntes praticados e com uma incidência tarifária limitada a US\$ 13,89 por tonelada. Acima desse nível, o imposto de importação básico para o açúcar de cana é de US\$ 325,00 por tonelada.

Os preços do açúcar bruto nesse mercado variam, de acordo com as condições da oferta e demanda locais, mas raramente caem abaixo de US\$ 400,00 por tonelada. No mercado internacional o produto é comercializado por um valor próximo de US\$ 150,00 por tonelada. Esta diferença significa uma receita próxima a US\$ 300,00 por tonelada em favor do exportador brasileiro, o que perfaz um total entre US\$ 45 e US\$ 50 milhões, anualmente.

A Lei nº 9.362, de 13-12-1996, em seu Art. 7º, estabeleceu que “os volumes de produtos derivados de cana-de-açúcar destinados aos mercados preferenciais serão atribuídos à Região Norte/Nordeste, tendo em conta seu estágio sócio-econômico”.

Face à exigência legal, a cota americana é distribuída por este Ministério, a cada ano, para os produtores de açúcar das Regiões Nordeste e Norte. Para 2004, essa cota ficou assim distribuída:

DISTRIBUIÇÃO DA COTA PREFERENCIAL AMERICANA DE AÇÚCAR POR ESTADO

Unidade da Federação	Cota (t)	Participação (%)
Alagoas	76.849,69	46,41
Amazonas	655,00	0,40
Bahia	6.106,06	3,69
Ceará	865,30	0,52
Maranhão	522,44	0,32
Paraíba	4.277,51	2,58
Pernambuco	67.101,33	40,52
Rio Grande do Norte	6.432,58	3,88
Sergipe	2.791,81	1,69
Total	165.601,72	100,00

Obs: A diferença entre a cota recebida e a cota distribuída representa uma margem de segurança, necessária para cobrir a diferença de nível polarização entre a norma americana e aqueles apresentados pelo açúcar brasileiro.

4.4. Álcool

Outro fator relevante na tomada de decisão quanto ao perfil de produção refere-se a expectativa do preço do álcool etílico combustível. Parte da demanda pelo produto é atendida por contrato com as distribuidoras de combustível (a legislação não permite a venda do produto diretamente aos postos de revenda), o restante é negociado no mercado *spot*.

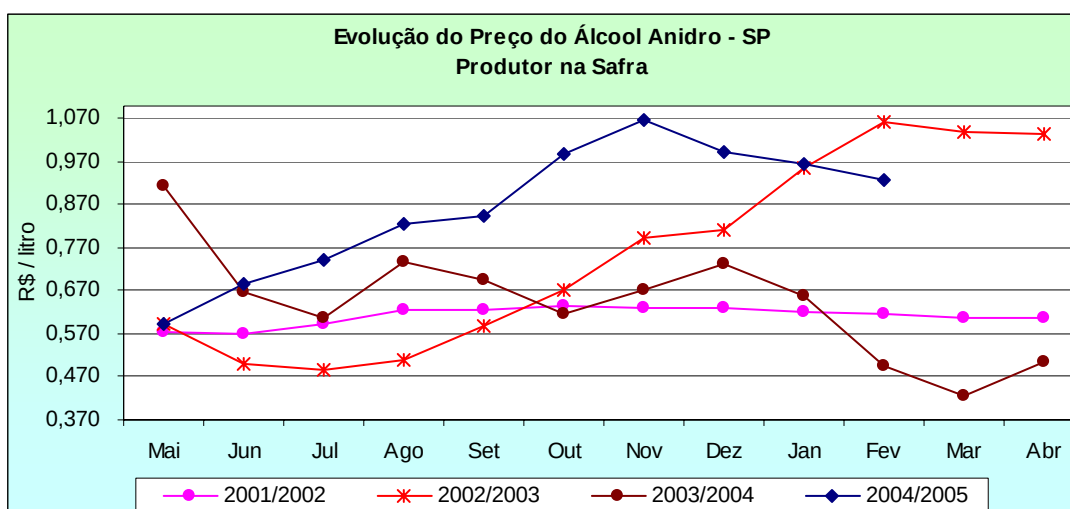
Os preços médios do álcool etílico anidro (utilizado como aditivo à gasolina), que no ano de 2003 atingiram seu maior patamar nos últimos sete anos (R\$ 0,811/litro), sofreram uma queda de 9,4% em 2004, fechando o ano com média de R\$ 0,735/litro.

Indicador de Preço do Álcool Etílico Anidro Carburante - Preços Médio Mensal em R\$/litro - SÃO PAULO

MÊS / ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jun	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1998					0,364	0,363	0,356	0,350	0,332	0,292	0,256	0,260	0,322
1999	0,297	0,293	0,272	0,239	0,201	0,263	0,309	0,298	0,325	0,375	0,428	0,453	0,313
2000	0,459	0,456	0,463	0,472	0,467	0,473	0,635	0,680	0,655	0,655	0,684	0,707	0,567
2001	0,706	0,685	0,634	0,605	0,576	0,571	0,595	0,624	0,626	0,635	0,629	0,628	0,626
2002	0,622	0,614	0,608	0,609	0,592	0,501	0,486	0,512	0,591	0,674	0,792	0,809	0,618
2003	0,956	1,062	1,042	1,033	0,916	0,668	0,608	0,735	0,694	0,615	0,674	0,735	0,811
2004	0,657	0,493	0,427	0,506	0,592	0,687	0,741	0,827	0,846	0,989	1,069	0,991	0,735

(*) à vista, sem frete, com PIS/COFINS

Fonte: ESALQ/BM&F



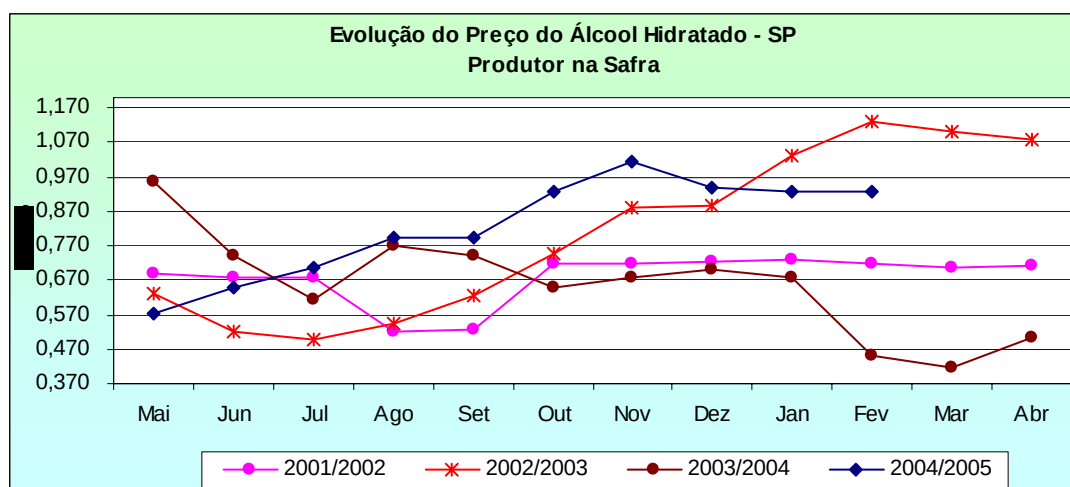
No comércio do álcool etílico hidratado a queda foi ainda maior do que a ocorrida na venda do álcool anidro. O produto obteve média anual em 2004 de R\$ 0,704/litros, contra R\$ 0,850 verificado no ano de 2003, ou seja redução de 17,2%.

Indicador de Preço do Álcool Etílico Hidratado Carburante - Preços Médio Mensal em R\$/litro

MÊS / ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
1998					0,315	0,319	0,313	0,316	0,333	0,304	0,278	0,267	0,306
1999	0,272	0,250	0,228	0,177	0,165	0,214	0,227	0,225	0,328	0,395	0,519	0,539	0,295
2000	0,550	0,549	0,548	0,539	0,525	0,525	0,702	0,756	0,744	0,735	0,767	0,790	0,644
2001	0,776	0,725	0,703	0,718	0,689	0,677	0,679	0,692	0,703	0,716	0,719	0,722	0,710
2002	0,730	0,721	0,704	0,711	0,632	0,524	0,498	0,542	0,624	0,746	0,880	0,886	0,683
2003	1,033	1,128	1,104	1,081	0,959	0,741	0,613	0,771	0,742	0,650	0,679	0,703	0,850
2004	0,680	0,452	0,414	0,504	0,573	0,650	0,704	0,792	0,793	0,930	1,016	0,939	0,704

(*) à vista, sem frete, com PIS/COFINS E ICMS a partir de setembro/99

Fonte: ESALQ/BM&F



O efeito negativo nos preços médios do álcool etílico combustível ainda é decorrente do elevado estoque de passagem ocorrido ao final da safra 2003/2004. Naquele período, o setor produziu 14,6 bilhões de litros de álcool, 16,8% a mais do que na safra 2002/2003, o que acarretou uma acirrada disputa de preços ao início da safra 2004/2005.

4.4.1. Financiamento à estocagem de álcool combustível

Em maio de 2004 o CIMA aprovou as normas para o programa de financiamento à estocagem na safra 2004/05 (Resolução nº 32, de 25-05-2004), as quais foram submetidas ao Conselho Monetário Nacional. Houve certo atraso para o início da liberação dos recursos, os quais só chegaram aos beneficiários a partir de setembro. Isso não chegou a comprometer o desempenho do setor nem a aplicação dos recursos (dos R\$ 500 milhões previstos para o financiamento, foram aplicados R\$ 466,8 milhões). Dos recursos totais, R\$ 450 milhões foram destinados às regiões cuja safra regular compreende os meses de maio a novembro e são definidas como “Região I” no Programa (Região Centro-Sul e parte da Região Norte-Nordeste). Nela foram aplicados R\$ 422,9 milhões, o que representou uma execução orçamentária da ordem de 94%. Já na Região II, que compreende principalmente a Zona da Mata Nordestina, foram aplicados R\$ 43,88 milhões, de uma dotação orçamentária de R\$ 50 milhões, o que equivale a uma execução de 87,76%.

Devido a questões contratuais com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil não operou com o Programa de Financiamento, na safra 2004/05. As aplicações do Banco do Brasil referem-se a recursos destinados à Região Nordeste, no mês de janeiro de 2004, ainda no âmbito da safra 2003/04. Enquanto naquela safra esse Banco foi o principal agente operador, na safra atual essa posição foi assumida pelos bancos Itaú e Santander, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro I - Financiamento à estocagem - recursos aplicados em 2004.

BANCO	VALOR CONTRATADO
ABN-REAL	11.022.723,68
BANCO DO BRASIL	3.387.046,59
BANESPA	4.654.418,71
BOSTON	51.080.765,08
BRADESCO	33.759.452,94
CITIBANK	10.996.674,82
ITAÚ	141.908.220,52
REAL	9.438.248,09
R.PRETO	1.522.177,13
RURAL	32.848.166,38
SAFRA	17.607.023,91
SANTANDER	104.895.537,67
UNIBANCO	43.696.046,95
TOTAL	466.816.502,47

Além da elevada taxa de aplicação dos recursos, o aumento de capilaridade também merece destaque. O programa foi operado por doze agentes financeiros (exclui-se do quadro acima o Banco do Brasil, que não operou na atual safra, conforme mencionado) e os recursos beneficiaram a mais de cem unidades, de pelo menos 60 grupos empresariais diferentes. Como a procura foi bem superior à oferta, várias unidades acabaram contempladas com valores muito inferiores aos solicitados.

4.4.2. Participação em eventos

No que diz respeito à participação em eventos, ocorreram expressivas demandas, tanto do setor sucroalcooleiro quanto do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (programa lançado em dezembro de 2004 pelo Presidente da República). A necessidade de buscar uma matriz energética mais limpa e renovável, combinada com o modelo da bem-sucedida experiência de diversificação da agroindústria sucroalcooleira, rendeu convites para a participação em diversos eventos internacionais, com destaque para os seguintes:

- **Conferências da Organização Internacional do Açúcar**

A Organização Internacional do Açúcar, com sede em Londres, é uma unidade vinculada à ONU e reúne mais de 60 países, responsáveis por aproximadamente 80% da produção, 60% do consumo e mais de 90% das transações internacionais com o produto. Em 2004, como de costume, ela organizou a sua primeira conferência fora de Londres (na República Dominicana) na última semana de abril, e a segunda e mais tradicional na sua sede, na última semana de novembro.

Representante da SPC/DAA foi convidado a proferir palestras em ambas as conferências, com o objetivo de atender aos interesses dos demais países membros de obterem maiores informações sobre a harmonia entre o setor sucroalcooleiro e a indústria automotiva, bem como do papel da diversificação (fabricação de açúcar e álcool em uma mesma unidade industrial) na explicação da competitividade no nosso complexo sucroalcooleiro, notadamente, o mais eficiente do mundo.

Nessas oportunidades, foi reiterado que o Brasil está à disposição para compartilhar as suas experiências, tanto no campo da produção quanto no da regulamentação do uso do álcool combustível. Destaque-se que, por se tratar de combustível renovável e menos poluente, o álcool deve merecer benefícios fiscais, quando comparado com os combustíveis fósseis. Essa diferenciação tributária e a estruturação de um programa de testes são fundamentais para a introdução do álcool na matriz energética, assim como para a definição dos níveis ideais de sua mistura à gasolina.

- **Visitas à Austrália e à Tailândia**

O Brasil, a Austrália e a Tailândia são os principais exportadores mundiais de açúcar de cana. Os três países trabalham juntos no Painel questionando o regime açucareiro europeu, especialmente, no que diz respeito à não observância dos limites de exportações subsidiadas, acordados no âmbito da OMC. Essa aproximação entre esses países, combinada com o fato de que a Tailândia e a Austrália também estão estruturando programas locais de produção e uso do álcool combustível, gerou o convite de ambos os países para a visita de uma delegação de especialistas brasileiros. A visita ocorreu no mês de agosto, começando pela Austrália. A missão brasileira reuniu representantes do governo e dos vários segmentos do setor privado (indústria de base, associações de usineiros e indústria automotiva). A missão permaneceu aproximadamente uma semana em cada um dos países, onde teve a oportunidade de visitar suas principais regiões produtoras, bem como manter contato com as autoridades de governo, responsáveis pela gestão das políticas para o setor.

A conclusão foi de que, num prazo não muito distante, Austrália e Tailândia deverão ser importantes atores no mercado de álcool combustível. Na fase inicial poderão, eventualmente, até ser importadores, mas no futuro poderão ser fornecedores complementares, ajudando a reduzir os riscos nesse ainda incipiente mercado. Destaque-se que, como eles não terão condições de continuar expandindo a produção de cana, a produção de álcool deverá implicar a redução das suas participações no mercado internacional de açúcar, contribuindo para a recuperação dos seus preços.

- Conferência da Southern African Development Community - SADC

A SADC é uma associação, com sede na Botswana, que reúne doze países da parte sul do continente africano. Alguns desses países, como a África do Sul e as Ilhas Maurício são grandes produtores e exportadores de açúcar (no caso das Ilhas Maurício, o açúcar representa mais de 90% das receitas com exportações) e a maioria deles é dependente de importações de petróleo. Com isso, na conferência anual de 2004, esses países definiram como um dos temas centrais, o estímulo à produção de biocombustíveis.

Dentro desse enfoque, foram feitos convites aos governos do Brasil (falar da experiência brasileira com o álcool combustível) e da Índia (falar sobre os experimentos com a produção de biodiesel a partir de uma planta chamada "jatropha"). A conferência ocorreu em outubro de 2004, na cidade de Gaborone (capital da Botswana) e o governo brasileiro foi representado por um membro da equipe do DAA.

Em sua apresentação, o delegado brasileiro fez um relato da experiência brasileira com o álcool combustível, com destaque para a mistura álcool-gasolina, que é o interesse imediato dos países membros da associação. Enfatizou que o processo de introdução da mistura requer cuidados, especialmente no que diz respeito aos testes para se definir os níveis ideais. Destacou também a importância da produção de álcool para aumentar a competitividade e a flexibilidade da indústria sucroalcooleira.

Como vários dos países membros são pobres e o custo da mão-de-obra é muito baixo, vislumbram na produção de biocombustíveis uma alternativa para gerar emprego e renda, bem como reduzir a dependência em relação ao petróleo. A própria carência de infra-estrutura de transporte em muitos desses países é um fator positivo para estimular a produção de energia localmente, uma vez que há sérias restrições físicas para se chegar com os derivados do petróleo ao interior do continente.

Ao final da conferência, os diretores da associação se encarregaram de negociar com os membros uma agenda para implementar as deliberações. Nessa fase, deverá ser formalizado convite ao governo brasileiro para prestar apoio técnico na implantação de programas de produção de álcool. Esse apoio será de fundamental importância para melhorar o relacionamento com aqueles países, muitos dos quais são beneficiários das cotas preferenciais de importação de açúcar da União Européia e deverão sofrer fortes perdas de receitas com essas cotas.

- Grupo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Colômbia

O Brasil e a Colômbia firmaram o acordo de cooperação científica e tecnológica com foco prioritário no desenvolvimento de atividades econômicas lícitas naquele país, como parte das estratégias de combate ao narcotráfico. Dentre essas atividades estão a cooperação na indústria de petróleo (a Petrobrás já faz prospecção e exploração de petróleo há anos) e na indústria sucroalcooleira, especialmente para a produção de álcool combustível.

Recentemente o governo colombiano realizou uma concorrência para a aquisição de três destilarias de álcool (a serem acopladas às usinas de açúcar). Como boa parte dos solos colombianos é muito rica em potássio, uma das exigências do processo de concorrência era que as empresas participantes apresentassem alternativas para tratamento da vinhaça, que não poderia ser utilizada para fertirrigação. Tal exigência desestimulou as empresas brasileiras e uma empresa indiana venceu a concorrência, mesmo com um pacote tecnológico bem inferior ao utilizado pelas unidades instaladas no Brasil. Apesar dos indianos terem se comprometido a prestar o suporte técnico à operação das unidades, a distância entre os dois países passou a ser um fator restritivo. Desse modo, o governo colombiano vem reiterando o pedido para que o governo brasileiro crie, em conjunto com o setor privado, uma missão técnica para oferecer o suporte necessário, desde o treinamento dos trabalhadores, até a estruturação da logística de distribuição e mistura do álcool combustível, suprimindo a lacuna deixada pelos indianos.

Como o processo de mistura álcool-gasolina nas cinco principais cidades do país deve ter início em setembro deste ano, o assunto recebeu atenção especial no IV Encontro do Grupo de Cooperação, que ocorreu novembro de 2004, na cidade de Bogotá. Naquela oportunidade, o lado colombiano reiterou a demanda pelo assessoramento técnico brasileiro ao programa de produção e mistura de álcool à gasolina naquele país.

Em resposta, a Petrobras se prontificou a dar todo o apoio no tocante à armazenagem, mistura e distribuição. O governo, por meio da SPC/Mapa se prontificou a assessorar a estruturação de uma proposta de modelo tributário, bem como de fazer contatos com o setor privado para que este preste o apoio pelo lado da produção. Adicionalmente, a CETESB também ofereceu consultoria em relação ao testes com a mistura e ao monitoramento da qualidade do ar.

Novo encontro deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2005. Para tanto, é fundamental que o governo brasileiro constitua o grupo técnico, o qual se encarregará de estreitar os relacionamentos com as autoridades públicas e com o setor privado colombiano.

- **Audiência na Câmara dos Comuns – Parlamento Britânico**

O governo brasileiro foi convidado para uma sabatina na Câmara dos Comuns, órgão consultivo do Parlamento Britânico. O objetivo era subsidiar os parlamentares com informações sobre nosso regime açucareiro, bem como sobre a importância do álcool combustível para a estruturação da nossa agroindústria sucroalcooleira, uma vez que estava em discussão a reforma do regime açucareiro europeu e alguns parlamentares não concordavam em reduzir os subsídios locais.

O diretor da SPC/DAA atendeu ao convite, oportunidade em que fez relato do processo de evolução da agroindústria sucroalcooleira no Brasil, com ênfase no processo de desregulamentação, do qual resultou um espetacular salto de competitividade. Salientou também que a eficiência do Brasil é resultado da combinação de sua vocação natural para a produção de biomassa com a abundância de terras férteis e planas e um setor produtivo moderno e diversificado.

O tradicional argumento europeu, de que a competitividade brasileira seria explicada por fatores como subsídios ao álcool, baixos salários, mão-de-obra escrava e degradação ambiental, perdeu força. O livre mercado, vigente há mais de cinco anos, levou à profissionalização do setor, o que se coaduna com a ampla disponibilidade de recursos naturais e alto padrão tecnológico. A isso se acrescenta a flexibilidade obtida com a diversificação (produção de açúcar e álcool em uma mesma unidade), que transformou o Brasil no competidor mais eficiente e principal ator no mercado mundial de açúcar.

- **Eventos no Brasil**

A equipe do SPC/DAA foi convidada a proferir palestras nas principais feiras do setor (Feicana, Agrocana, Fenasucro, entre outras realizadas internamente). Além disso, coordenou as reuniões preparatórias para a implantação do Sistema Consecana nos Estados da Região Nordeste. As reuniões aconteceram no Recife-PE, entre maio e novembro de 2004, ocasião em que houve a solenidade de formalização da adesão ao sistema.

Também merece registro o grande número de missões estrangeiras, especialmente do Japão, Tailândia e China, recebidas pela SPC/DAA. A principal motivação dessas visitas era conhecer a experiência brasileira com a produção e uso do álcool combustível. Como esses países caminham para adotar a mistura do álcool à gasolina, demonstraram grande interesse em saber como funciona a cadeia

produtiva no Brasil, assim como obter informações sobre nosso potencial para ser fornecedores regulares nesse novo mercado.

O ponto alto dessas missões foi a visita do primeiro-ministro japonês que, acompanhado pelo Ministro Roberto Rodrigues, quebrou o protocolo e visitou a Usina São Martinho. Essa visita causou uma impressão positiva na autoridade japonesa, sinalizando a clara possibilidade de que a mistura álcool-gasolina naquele país torne-se realidade num futuro próximo. Isso contribuirá para o estreitamento das relações comerciais entre Brasil e Japão, inclusive com o fortalecimento dos investimentos japoneses no Brasil, tanto na produção do álcool como na logística de transporte.

4.4.3. Biodiesel

O DAA acompanhou as principais ações do Governo com foco na estruturação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, programa lançado em dezembro passado, pelo Exmo Sr. Presidente Luis Inácio Lula da Silva. O governo já havia editado a Medida Provisória nº 214 (convertida na Lei nº 11.097), a qual criava a figura do biodiesel na matriz energética brasileira e conferia à Agência Nacional do Petróleo a competência legal para fiscalizar a sua produção e consumo.

Na solenidade de lançamento do Programa, o Presidente Lula anunciou a Medida Provisória nº 227 e os Decretos nº 5.297 e 5.298, normativos que tratam regime tributário desse novo combustível, com enfoque no tratamento diferenciado para os agricultores familiares, para a mamona, a palma e para as regiões Norte e Nordeste. Esse marco regulatório foi complementado com a edição de portaria da ANP, definindo as especificações técnicas do novo combustível, bem como, a expedição de Instrução Normativa da Secretaria de Receita Federal, definindo procedimentos para o registro dos produtores.

Além de reuniões técnicas, a equipe da SPC/DAA participou dos principais eventos relacionados a este assunto, com destaque para o I Congresso Brasileiro de Mamona (realizado pela Embrapa Algodão, na cidade de Campina Grande-PB, no mês de novembro, com mais de 700 participantes), o I Congresso de Biodiesel do Estado do Maranhão (em São Luís) e o II Congresso de Biodiesel do Estado da Bahia (em Salvador), ambos em dezembro.

4.4.4. Contratação de estudos

Em janeiro de 2004, o Presidente da República lançou em Piracicaba-SP o Pólo Nacional de Biocombustíveis, assumindo a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP), a coordenação das atividades de pesquisa e os estudos com foco no mapeamento das oportunidades e potencialidades para o aumento da participação dos combustíveis renováveis em nossa matriz energética. Foi celebrado convênio entre o MAPA e aquela Escola, no valor de R\$ 106.000,00 (somente a parte do Ministério), para a implantação de um programa de estudos e pesquisas sobre biocombustíveis.

Em dezembro de 2004 também foram descentralizados recursos orçamentários e financeiros para Conab, no valor de R\$ 215.000,00, visando a realização do levantamento da produção de cana-de-açúcar no Brasil, para aquela empresa montar a infra-estrutura para o processamento das informações, treinar a equipe técnica e realizar o primeiro levantamento de campo. A partir de 2005, deverão ser realizados três estimativas anuais em cada uma das regiões produtoras (Centro-Sul e Norte-Nordeste).

4.4.5. Câmara setorial da cadeia produtiva do açúcar e do álcool

A Câmara Setorial realizou quatro reuniões ordinárias ao longo do ano de 2004 (fevereiro, abril, julho e novembro). Nessas reuniões, os principais assuntos tratados relacionaram-se com:

1. o potencial de exportação de álcool combustível;
2. a expansão planejada da produção canavieira no Brasil e a melhoria do sistema de pagamento pela cana;
3. a garantia do abastecimento interno de álcool;
4. aumento do consumo interno e crescimento das vendas dos veículos *flex-fuel*;
5. a participação do setor no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica-Proinfa.

5. COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO AGRONEGÓCIO

A SPC divulga mensalmente, desde 1999, a Balança Comercial do Agronegócio, contendo a análise estatística das exportações e importações em termos agregado e desagregado dos principais produtos do agronegócio brasileiro, além da análise dos fluxos de comércio por países e blocos comerciais e distribuição por estados e regiões do país. A publicação e ampla divulgação destas estatísticas constituem um instrumento de grande relevância para análise da evolução do comércio exterior do setor agrícola, bem como para o desenvolvimento de políticas governamentais e do setor privado que visem o aumento da participação dos produtos brasileiros, e agrícolas em particular, no comércio internacional.

Para a elaboração desta publicação, identificou-se uma metodologia comum que permite caracterizar o comércio internacional do agronegócio brasileiro e a divulgação de estatísticas harmonizadas sobre o assunto. Os produtos da balança comercial do agronegócio englobam cerca de 2000 subitens de 52 capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM (8 dígitos).

Neste processo, as principais atividades realizadas em 2004 foram as seguintes:

- Elaboração e divulgação mensal da balança comercial do agronegócio, contendo o desempenho das exportações e importações brasileiras do setor agrícola, além dos fluxos de comércio por países e blocos econômicos de destino e distribuição por estados e regiões do país. Estas estatísticas contemplam diferentes níveis de agregação: (i) o total das exportações e importações; (ii) classes de produtos de acordo com a perspectiva da cadeia produtiva; e (iii) produtos principais em termos de participação nas exportações e importações;
- Nota à Imprensa – publicação mensal que apresenta os principais resultados da balança comercial do agronegócio e contém a análise das informações estatísticas apresentadas;
- Relatórios da balança comercial bilateral de países específicos, de acordo com a demanda para subsidiar tecnicamente atividades de promoção e negociações comerciais e outras ações relacionadas às políticas agrícola e comercial;
- Relatórios solicitados por entidades dos setores produtivos, contendo a evolução das exportações de carnes (bovina, suína e de frango), lácteos e café;
- Elaboração de índices de preços e *quantum* do comércio exterior do agronegócio. Tendo em vista que a SPC já divulga os valores, preços e quantidades das exportações e importações do agronegócio, tornou-se viável e importante elaborar as estimativas dos índices de *quantum* e de preços do conjunto de produtos que compõem a balança comercial do agronegócio e, em termos desagregados, dos principais grupos de produtos. A elaboração destas estatísticas contribui para o acompanhamento e análise da balança comercial do agronegócio, uma vez que sua disponibilidade permite decompor a evolução dos valores correntes tanto agregado quanto dos principais produtos do comércio exterior do agronegócio em termos de evoluções de preços e de quantidades. A construção de mais esse instrumento de análise complementa e utiliza as estatísticas produzidas e amplamente divulgadas pela SPC na balança comercial do agronegócio.

- Estudos setoriais específicos contendo a análise da evolução e desempenho de médio prazo do comércio exterior das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Estes estudos contribuem para a construção de diagnósticos desses setores que servindo de subsídios às negociações comerciais e às ações de políticas necessárias ao desenvolvimento competitivo de cada cadeia produtiva.

5.1. Informação comercial e inteligência de mercado

Foi iniciado em 2004 um esforço de elaboração de uma área de informação comercial. Esta nova área se encarregou de avaliar os recursos atuais de informação com que conta o Mapa e identificar as fontes de informação confiáveis e de qualidade que podem ser disponibilizadas para técnicos do Ministério e público em geral. Entre as atividades previstas desta nova área, está a provisão de informação comercial, estudos de mercado e a realização de inteligência comercial detectando oportunidades para as empresas brasileiras, por meio de avaliação de estatísticas brasileiras e internacionais e análises de tendências de mercados e produtos.

A SPC realizou estudos importantes para que as empresas possam ter bom desempenho no comércio exterior. As informações resultantes permitem conhecer: as oportunidades oferecidas pelos diversos mercados; os volumes históricos da demanda; as tendências internacionais dos produtos selecionados; os requisitos para o acesso aos diferentes mercados. Em suma, esse sistema de informação de mercado busca responder onde, o quê e como exportar, contribuindo para facilitar o encontro entre a oferta exportável brasileira e a demanda dos mercados de destino.

5.2. Renovação do *link* balanço comercial na *web* do Mapa

O *link* balanço comercial do agronegócio – um dos itens fixos da página da internet do Mapa – foi reformulado para facilitar o acesso aos dados das exportações do setor. Agora, ele tem quatro seções: balanço comercial; produtos; mercados e estados.

A seção balanço comercial contém a nota à imprensa, boletim estatístico mensal, principais estatísticas do período acumulado do ano, ranking dos estados etc. Na área de produtos, estão relacionados os principais produtos por destinos, os valores e volumes, entre outras informações. Em mercados, está a balanço comercial bilateral com os 30 principais parceiros comerciais do Brasil. E em estados, está a balanço comercial do agronegócio, por unidade da federação.

5.3. Desempenho do comércio exterior do agronegócio em 2004

As exportações do agronegócio em 2004 totalizaram US\$ 39,016 bilhões, um recorde histórico para o setor. Em relação a 2003, as exportações apresentaram uma variação de US\$ 8,377 bilhões (27,3%). Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 40,4% das exportações totais brasileiras no período, que totalizaram US\$ 96,475 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 1,9%, totalizando US\$ 4,880 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balanço comercial do agronegócio de US\$ 34,134 bilhões, superior em 32,1% ao resultado alcançado em 2003.

Entre os fatores que explicam o desempenho exportador positivo do agronegócio se encontram: o crescimento da economia mundial, que implicou maior demanda por bens e o aumento dos preços das *commodities*; a ocorrência de problemas sanitários em importantes exportadores do mercado mundial de carnes, que propiciou maior procura e a elevação dos preços do produto; e a abertura de novos mercados. O crescimento do valor exportado resultou de um aumento de 11% nos preços e de um crescimento de 15% na quantidade exportada.

Praticamente todos os produtos contribuíram positivamente para o aumento das exportações, numa indicação que o excepcional desempenho exportador do agronegócio em 2004 foi generalizado. Quanto à composição por grupos de produtos, verifica-se que os setores que mais contribuíram para o incremento das exportações foram os complexos soja; carnes; açúcar e álcool; e madeiras e suas obras. Juntos, esses setores explicam 71% do incremento das exportações do agronegócio.

5.4. Balança Comercial do Agronegócio

Exportações, importações e saldos: 2004 e 2003 (em US\$ mil)

PRODUTO	2004 (a)			2003 (b)			VAR.(%) (a/b)		
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO
COMPLEXO DE SOJA	10.047.890	125.809	9.922.081	8.125.367	304.572	7.820.795	23,7	-58,7	26,9
CARNES	6.143.840	84.188	6.059.652	4.085.385	72.763	4.012.622	50,4	15,7	51,0
MADEIRA E SUAS OBRAS	3.781.299	79.792	3.701.507	2.620.363	61.446	2.558.917	44,3	29,9	44,7
AÇÚCAR E ÁLCOOL	3.137.968	411	3.137.557	2.297.965	1.476	2.296.489	36,6	-72,2	36,6
PAPEL E CELULOSE	2.909.131	757.829	2.151.302	2.831.158	561.395	2.269.763	2,8	35,0	-5,2
COUROS, PELES E CALÇADOS	2.896.734	224.916	2.671.818	2.465.441	188.325	2.277.116	17,5	19,4	17,3
CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	1.891.676	31.377	1.860.299	1.423.511	21.614	1.401.897	32,9	45,2	32,7
ALGODÃO E FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS	1.441.344	277.672	1.163.672	1.161.059	213.074	947.985	24,1	30,3	22,8
FUMO E TABACO	1.425.762	19.824	1.405.938	1.090.259	24.758	1.065.501	30,8	-19,9	32,0
SUCOS DE FRUTAS	1.193.688	90.720	1.102.968	1.292.107	76.808	1.215.299	-7,6	18,1	-9,2
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	950.422	1.352.670	-402.248	502.512	1.698.195	-1.195.683	89,1	-20,3	66,4
FRUTAS, HORTALIÇAS E PREPARAÇÕES	606.237	332.652	273.585	518.030	266.703	251.327	17,0	24,7	8,9
PESCADOS	416.005	241.089	174.916	411.716	189.391	222.325	1,0	27,3	-21,3
CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	319.937	86.606	233.331	321.037	139.993	181.044	-0,3	-38,1	28,9
LEITE, LATICÍNIOS E OVOS	158.046	95.991	62.055	105.334	119.713	-14.379	50,0	-19,8	531,6
BEBIDAS	51.171	154.333	-103.162	46.852	125.020	-78.168	9,2	23,4	-32,0
BORRACHA NATURAL	471	238.664	-238.193	332	156.730	-156.398	41,9	52,3	-52,3
DEMAIS PRODUTOS	1.644.076	686.230	957.846	1.340.555	567.891	772.664	22,6	20,8	27,6
TOTAL GERAL	39.015.697	4.880.773	34.134.924	30.638.983	4.789.867	25.849.116	27,3	1,9	32,1

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE
Elaboração: SPC/MAPA

As exportações do complexo soja cresceram 23,7% (de US\$ 8,1 bilhões para US\$ 10 bilhões), resultado da variação positiva dos preços (grão, +29,9%, farelo +18%, óleo de soja em bruto, +11), uma vez que a quantidade exportada do complexo variou apenas +0,76% (de 35,9 milhões de toneladas para 36,2 milhões de toneladas). Os valores exportados de soja em grãos e de farelo de soja cresceram à mesma taxa de 25,7%, alcançando US\$ 5,4 bilhões e US\$ 3,3 bilhões, respectivamente. O volume exportado de soja em grãos foi 3,2% menor (de 19,9 milhões de toneladas para 19,2 milhões de toneladas). Para o farelo de soja, a quantidade aumentou de 13,6 milhões de toneladas para 14,5 milhões de toneladas.

O setor de carnes, cujas vendas cresceram 50,4% (de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 6,1 bilhões), foi responsável por 24,6% do aumento das exportações do agronegócio, à frente do complexo soja, que contribuiu com 23% do incremento (US\$ 1,9 bilhões). Este incremento resultou de um aumento de 26,8% no volume embarcado e de elevação média de 15% nos preços. Entre as causas deste desempenho positivo estão as mudanças nos fluxos de comércio motivadas pelas ocorrências sanitárias como a “vaca louca” no Canadá e nos Estados Unidos, em maio de 2003 e dezembro de 2003, respectivamente; e a “gripe do frango” em países asiáticos como Tailândia, Vietnã, China, e em países de outros continentes como Estados Unidos e Canadá. Entre os produtos de maior participação, é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina in natura (70%, de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 1,9 bilhão); frango in natura (45,8%, de US\$ 1,7 bilhão para 2,5 bilhões) e carne suína (41,3%, de US\$ 526 milhões

para US\$ 744 milhões). Os demais produtos deste segmento que apresentaram variação positiva em sua arrecadação foram carne bovina industrializada (39,1%) e peru (39,5%).

Ao se efetuar um balanço das exportações brasileiras de café em 2004, frente a igual período do ano anterior, constata-se que ocorreu uma forte elevação na receita (33,5%), passando de US\$ 1,516 bilhão para US\$ 2,024 bilhões, enquanto o volume embarcado apresentou apenas discreto aumento (3,5%). As exportações de café verde encerraram 2004 com volume de 1,4 milhões de toneladas (3,0% acima do volume exportado em 2003), representando faturamento de US\$ 1,750 bilhão (34,3% acima do valor registrado em 2003). O preço médio do café em grãos exportado em 2004 ficou 30% acima do verificado em 2003. No caso do café solúvel, constatou-se um aumento de 12,5% nos embarques, com receitas cambiais atingindo US\$ 275 milhões, 28,6% acima do valor gerado em 2003, US\$ 214 milhões. Ao analisar as exportações de café verde no período 1999 a 2004, evidenciam-se duas tendências distintas. A partir de 2003 e 2004, começa a se esboçar um crescimento das receitas cambiais, com redução ou pequena variação da quantidade exportada, enquanto entre 1999 e 2002 o fenômeno prevaiente era de queda no valor recebido, inclusive com ampliação dos volumes embarcados, mais notadamente no ano de 2002. Ao se averiguar esse fato, conclui-se que a melhoria contínua nas cotações do produto resultou no crescimento dos valores apurados nas transações, beneficiando todos os agentes envolvidos no negócio.

As exportações de açúcar e álcool aumentaram 36,6% (de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 3,1 bilhões). No setor sucroalcooleiro, os destaques foram o aumento da quantidade exportada (22%) com estabilidade dos preços, no caso do açúcar; e a forte elevação das exportações de álcool, cujo valor cresceu 215%, passando de US\$ 157,9 milhões 2003 para US\$ 497,7 milhões em 2004.

As receitas com exportações de madeiras e suas obras foi de US\$ 3,8 bilhões, 44,3% a mais do que no ano anterior, US\$ 2,6 bilhões. Outros setores que apresentaram desempenho positivo e importantes contribuições ao aumento das exportações do agronegócio: cereais, farinhas e preparações (89,1%); couros, peles e calçados (17,5%); fumo e tabaco (30,8%); algodão e fibras têxteis vegetais (24,1%); frutas, hortaliças e preparações (17%); e leite, laticínios e ovos (50%). Em termos mais desagregados, vale destacar o crescimento das exportações dos seguintes produtos: trigo (2.703%, de US\$ 7,4 milhões para US\$ 207 milhões); milho (59%, de US\$ 375 milhões para US\$ 597 milhões); algodão em pluma (115%, de US\$ 188,5 milhões para US\$ 406 milhões); e café em grãos (34,3%, de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão).

A diversificação dos destinos continuou caracterizando o desempenho das exportações do agronegócio em 2004, com o aumento da participação de novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e África. Juntas, essas regiões foram responsáveis por quase metade dos incrementos das receitas de vendas externas. As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para todos os principais blocos econômicos: Mercosul, 19,8%; Nafta, exceto México, 19,1%; União Européia, 20,4%; Europa Oriental, 20,8%; Ásia, 38,6%; Oriente Médio, 33%; e África, 51,4%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União Européia continuou na liderança, absorvendo 34,4% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia aumentou de 18,1% em 2003 para 19,7% em 2004, superando o Nafta cuja participação apresentou uma redução de 17,3% para 16,2%, no mesmo período. Vale a pena ressaltar o crescimento da participação do Oriente Médio (de 6,8% para 7,1%); e da África (de 4,8% para 5,7%) e dos países da Aladi, exceto Mercosul (de 3,8% para 4,4%).

Em termos de países, vale destacar o crescimento das exportações para os seguintes destinos:

PAÍS	2003	2004	Variação %
MAURICIO	2.438	12.995	433,0
LIBIA	7.196	34.960	385,8
MOCAMBIQUE	4.556	14.561	219,6
MACEDONIA, ANTIGA REPUBLICA IUGOSLA	5.328	15.209	185,5
COREIA, REPUBLICA POPULAR DEMOCRATI	40.754	110.903	172,1
BANGLADESH	70.368	186.780	165,4
INDIA	154.554	406.523	163,0
PAQUISTAO	24.503	63.636	159,7
SIRIA, REPUBLICA ARABE DA	46.437	120.551	159,6
IUGOSLAVIA	9.632	24.958	159,1
ALBANIA	7.759	20.072	158,7
VENEZUELA	130.600	332.440	154,6
GABAO	4.465	11.157	149,9
POLONIA	37.135	91.672	146,9
CABO VERDE	4.163	10.065	141,8
SURINAME	6.143	14.211	131,3
UCRANIA	66.456	146.322	120,2
TUNISIA	39.355	84.583	114,9
CUBA	34.654	73.800	113,0
IRAQUE	23.598	49.586	110,1
ARGELIA	125.129	261.525	109,0
AZERBAIJAO	6.122	12.651	106,7
CAZAQUISTAO	5.038	10.404	106,5
LITUANIA	7.937	16.379	106,4
MAURITANIA	17.302	35.700	106,3
SOMALIA	21.600	44.301	105,1

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE
Elaboração: SPC/MAPA

Os principais compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 5,7 bilhões, +19,9%); Holanda (3,7 bilhões, +17,4%); China (US\$ 2,9 bilhões, +31%); Alemanha (US\$ 1,9 bilhão, +17,1%); Itália (US\$ 1,6 bilhão, +27,8%); e Rússia (US\$ 1,5 bilhão, +7,9%).

Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos Seleccionados: 2004 e 2003

Bloco Econômico / País	2004		2003		Var. % (a/b)
	US\$ (FOB)	Part. %	US\$ (FOB)	Part. %	
UNIÃO EUROPÉIA	13.429.060.557	34,4	11.153.219.170	36,4	20,41
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	3.718.419.119	27,7	3.166.132.598	28,4	17,44
ALEMANHA	1.948.834.046	14,5	1.663.707.489	14,9	17,14
ITALIA	1.583.827.964	11,8	1.239.030.322	11,1	27,83
REINO UNIDO	1.398.384.287	10,4	1.141.167.743	10,2	22,54
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	7.674.117.403	19,7	5.535.625.621	18,1	38,63
CHINA	2.962.983.359	38,6	2.261.451.072	40,9	31,02
JAPAO	1.375.986.143	17,9	1.059.033.195	19,1	29,93
NAFTA (EXCL.MÉXICO)	6.305.944.009	16,2	5.292.215.208	17,3	19,16
ESTADOS UNIDOS	5.755.670.285	91,3	4.801.077.810	90,7	19,88
ORIENTE MÉDIO	2.773.692.318	7,1	2.084.762.404	6,8	33,05
IRA, REPUBLICA ISLAMICA DO	965.540.154	34,8	758.444.444	36,4	27,31
EUROPA ORIENTAL	2.338.444.986	6,0	1.935.238.631	6,3	20,83
RUSSIA, FEDERACAO DA	1.540.302.348	65,9	1.426.730.443	73,7	7,96
ÁFRICA	2.228.391.701	5,7	1.472.076.035	4,8	51,38
DEMAIS ALADI (EXCL.MERCOSUL)	1.712.664.749	4,4	1.165.256.752	3,8	46,98
MERCOSUL	1.132.535.308	2,9	944.912.610	3,1	19,86
ARGENTINA	772.363.049	68,2	665.207.916	70,4	16,11
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	720.483.609	1,8	522.476.183	1,7	37,90
DEMAIS AMÉRICAS	522.440.109	1,3	408.151.049	1,3	28,00
OCEANIA	177.922.110	0,5	125.050.075	0,4	42,28
TOTAL	39.015.696.859	100,0	30.638.983.738	100,0	27,34

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE
Elaboração: SPC/MAPA

No que se refere às importações, em 2004 houve um crescimento de 1,9%, passando de US\$ 4,790 bilhões para US\$ 4,880 bilhões. Os destaques foram as reduções das importações de milho (-51%, de US\$ 70 milhões para US\$ 34,4 milhões); trigo (-27,7%, de US\$ 1 bilhão para US\$ 730 milhões); leite (-28,7%, de US\$ 72 milhões para US\$ 51,4 milhões). Apresentaram crescimento as importações de algodão (21%, de US\$ 134 milhões para US\$ 162 milhões) e borracha natural (52,2%, de US\$ 156,7 milhões para US\$ 238 milhões).

Este é o relatório.

Brasília, 15 de março de 2005.

Linneu Carlos da Costa Lima
Secretário/SPA